

## Língua indígena no vestibular dos povos indígenas no Paraná

Lengua indígena en el vestibular de los pueblos indígenas de Paraná

Indigenous language in the entrance exam of the indigenous people of Paraná

Dossier | Dossiê

Fecha de recepción  
Data de recepção  
Reception date  
**27 de abril de 2020**

Fecha de modificación  
Data de modificação  
Modification date  
**8 de mayo de 2020**

**Letícia Fraga**

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Paraná / Brasil  
leticiafraga@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-4818-9407>

**Marcelo Silveira**

Universidade Estadual de Londrina  
Londrina / Brasil  
celosilveira@uel.br  
<https://orcid.org/0000-0002-6084-1325>

**Damaris Kanĩnsãnh Felisbino**

Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag - E.F.M.  
Paraná / Brasil  
damariskaninsanh91@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-5113-4429>

*“Meu bisavô dizia que, quando ele era criança, os Kaingang eram impedidos de falarem a sua própria língua, mas que eles resistiram por muito tempo para mantê-la viva. Sempre dizia que é muito importante, pois é a nossa identidade, e através dela que reconhecemos os nossos irmãos, sabemos quem nós somos”*

(D. K. Felisbino, comunicação pessoal, 3 de junho de 2020).

### Resumo

O histórico das políticas de acesso ao ensino superior direcionadas aos povos indígenas mostra que as universidades brasileiras propõem diferentes formatos. No Paraná, o vestibular é específico e oferece ao

**Referencia para citar este artículo:** Fraga, L., Silveira, M. y Kanĩnsãnh Felisbino, M. (2020). Língua indígena no vestibular dos povos indígenas no Paraná. *Revista del CISEN Tramas/Maepova*, 8 (2), 215-242.

candidato a opção de realizar uma prova de língua indígena, no lugar da prova de idioma estrangeiro. O objetivo deste texto é debater, dentro da temática “Ingreso universitario y lenguas indígenas”, a presença das línguas indígenas no Vestibular dos Povos Indígena do Paraná, pelo viés das políticas linguísticas. Considerando o histórico da proposição da prova (Paulino, 2008; Amaral, 2010), analisamos a presença das línguas indígenas em 3 processos seletivos, a partir de dois parâmetros: a) a relação entre a prova e o conteúdo indicado no manual do candidato como exigido; e b) as orientações do RCNEI (1998) quanto às políticas linguísticas de valorização da línguas indígenas (Bomfim, 2012). Por fim, discutimos as potencialidades das línguas indígenas como exercício de interculturalidade.

**Palavras-chave:** línguas indígenas, vestibular indígena, interculturalidade

---

### Resumen

La historia del acceso a las políticas de educación superior dirigidas a los pueblos indígenas muestra que las universidades brasileñas proponen diferentes formatos. En el Paraná, el examen de ingreso es específico y el candidato puede tomar un examen de idioma indígena, en lugar del examen de idioma extranjero. El objetivo de este texto es debatir, dentro del tema “Admisión universitaria y pueblos indígenas”, la presencia de lenguas indígenas en el proceso del Vestibular Indígena do Paraná, debido a las políticas lingüísticas. Considerando la historia de la proposición de la prueba (Paulino, 2008; Amaral, 2010), analizamos la presencia de lenguas indígenas en 3 procesos de selección, dos parámetros: a) la relación entre la prueba y el contenido indicado en el manual del candidato según sea necesario; b) Directrices de RCNEI (1998) sobre políticas lingüísticas para valorar las lenguas indígenas (Bomfim, 2012). Finalmente, discutimos el potencial de la presencia de lenguas indígenas como un ejercicio de interculturalidad.

**Palabras Claves:** lenguas indígenas, vestibular indígena, interculturalidad

---

### Abstract

The history of the access policies to university education directed to indigenous people shows that Brazilian universities offer different formats. In Paraná, the entrance exam is specific and the candidate can choose to do an indigenous language test (Guarani or Kaigang) instead of a foreign language test. The main goal of this paper is to debate the presence of indigenous languages in the Indigenous Entrance Exam process, through the perspective of the linguistic policies. Considering the history of the indigenous language test (Paulino, 2008; Amaral, 2010), we evaluate the format of the last three exams following two different parameters: a) the relation between the test and the content indicated by the candidate’s manual; b) the RCNEI’s (1998) orientations about the linguistic policies focused on the valuing of indigenous lan-

guages (Bomfim, 2012). Lastly, we discuss the potential of the exam as an intercultural exercise.

**Keywords:** indigenous language, indigenous entrance exam, interculturality.

### Nhandeayvu ete'i vestibular nhadevy pe Paraná pygua<sup>1</sup>

**Resumo:** Nhandevy pema histórico políticas regua ma ensino superior py jaike aguã ma jareko kova'e nhandevy pegua ma oexa uka universidades brasileiras ma oguereko amboae rami gua ju formato: universal gui (ENEM pe) rami e'yra amboae vestibular re voi específico ha'erã mie'yrã diferenciado mba'e. Paraná py ma vestibular específico mamō rã candidato oiporavo'rã ojapo aguã prova (Guarani ha'e Kaingang), língua estrangeira ma nda'ipoi. Guirami aguã ma kova'e texto nhandeayvu ete'i jaiporu aguã vestibular py. Mba'eta ayvu reta kuery pe rojerure. Apy ma rojerure avi jajapo aguã prova nhande ayvu py. Roikuaa pota avi prova mboapy kue ma, kova'e gui ma rogueroayvu nhembo'ea kuery educação básica py gua kuery re. Kova'e nunga gui ma rojou porã ha'e javive pe prova ojapo aguã nhamombarete ve aguã voi nhandeavy ete'i py. Mba'eta ha'eve rei ve rã políticas institucionais re ropenã porã aguã onhembo'exe va'e ou rã opyta ha'e omomba aguã onhembo'ea universidades py.kova'e ayvu ma orepytyvõ avi IES paraenses, omombaraete avi nhandeayvu ete'i.

**Ayvu-xave:** nhandeayvu ete'i, vestibular, nhamombaraete.

### Vestibular indígena ki ag vī ki prova han to ke Paraná kãki

**Hēsũmũ<sup>2</sup>:** Texto tag tỹ nén ve sór mũ hã vỹ tỹ, indígenas ag mỹ curso superior han e ja to vēmén nĩ, ag tỹ ra genh ke to. Estado tỹ Paraná kãki kar kỹ ag tỹ prova ũ han ke to – ag vī ki prova han ti. Ag tỹ ag vī ki prova han to vēmén ke vë gé, político vë kỹ kar kỹ direitos linguísticos. Ũ tỹ vestibular indígena han mũ ag tỹ nén ve sór mũ venven ke vë gé, pesquisador tỹ prova tỹ ag vī tỹ kãki hakutém mũ ag, indígena tỹ prova tag han mũ, ag tỹ to nén tó mũ vem ke vë gé. Tũg ke tá, nén han já tag tỹ nén tá krỹg mũ ke gé, ũ tỹ universidade kãki vênhránrán nỹti ag kãki nỹti ẽn.

**Ti rá tỹ save:** indígena ag vī, vestibular indígena, interculturalidade, nén régre ki kanhrãn.

<sup>1</sup> Tradução para o Guaraní feita por Alexandre Kuaray de Quadros, egresso da Licenciatura em Geografia pela UEPG, atualmente aluno do Mestrado em Estudos da Linguagem da mesma instituição.

<sup>2</sup> Tradução para o Kaingang feita por Damaris Felisbino, egressa da Licenciatura em Letras pela UEL, atualmente aluna do Mestrado em Estudos da Linguagem da mesma instituição e uma das autoras deste texto.



## INTRODUÇÃO

Segundo Paladino (2013), a demanda por acesso ao ensino superior pelos povos indígenas, como reivindicação coletiva, se fortaleceu no final da década de 90, embora à época e mesmo antes houvesse pessoas indígenas se graduando a partir de iniciativas isoladas, especialmente lideranças. A mesma autora explica ainda que a demanda se deu somente a partir desse momento em razão do envolvimento

dos povos indígenas com a estruturação da Educação Básica nas Terras Indígenas (T.I.), que envolvia especialmente a construção de escolas indígenas, de Ensino Fundamental e Médio. Este foi um processo bastante trabalhoso e complexo, que as comunidades precisavam protagonizar para que finalmente pudessem ter uma educação escolar indígena de acordo com os preceitos expostos na Constituição de 88, com respeito

às formas de organização social dos povos originários, às línguas, aos usos e aos costumes, assim como o direito à educação escolar bilíngue e diferenciada. A nova Constituição contempla o direito à educação escolar específica e diferenciada dos povos indígenas. (Bergamaschi, Doebber e Brito, 2018, p. 39).

É por essa razão que a presença de indígenas nas universidades é algo bastante recente em termos históricos. Como iniciativa institucional, apenas no início da década de 90 houve os primeiros movimentos, com a consolidação de convênios firmados entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e algumas instituições privadas e comunitárias (Bergamaschi e outros, 2018).

Já a primeira iniciativa de acesso diferenciado de indígenas ao Ensino Superior público se deu com o curso de formação de professores no Ensino Superior, na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), em 2001 (Novak, 2014). Contou com o apoio da Secretaria Estadual de Educação e da FUNAI e era dividido em três habilitações – a) Línguas, Artes e Literatura; b) Ciências Matemática e da Natureza; e c) Ciências Sociais). Esta foi a primeira experiência dos hoje conhecidos e diversificados cursos existentes nas várias regiões do País, chamados licenciaturas interculturais ou licenciaturas indígenas<sup>3</sup>, muitas das quais foram implantadas via edital Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) do Ministério da Educação (MEC) (Gorete Neto, 2018).

A política afirmativa mais ampla que passou a garantir aos povos indígenas<sup>4</sup> acesso ao ensino superior é a Lei nº 12.711<sup>5</sup>, de 29/08/12, a chamada “Lei das Cotas”, que foi sancionada em 2012, pela então presidenta da República, Dilma Roussef, depois de 13 anos de tramitação como projeto de lei. De forma geral, a lei versa sobre o ingresso e distribuição das vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio nos seguintes termos:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (Brasil, 2012).

Sobre os critérios étnico-raciais, a lei estabelece ainda que:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e

<sup>3</sup> Segundo Gorete Neto (2018, p. 1340), desde o surgimento do programa, “há cerca de 67 IES públicas com algum tipo de ação afirmativa para povos indígenas. Esses dados se referem à reserva de vagas, vagas suplementares e cursos específicos para o público indígena, tais como as licenciaturas interculturais. Conforme dados do INEP (2017), o número de estudantes indígenas matriculados no ensino superior é de aproximadamente 49 mil. Desse total apenas 12.348 matrículas são em instituições públicas e as demais em universidades privadas”.

<sup>4</sup> Não somente aos povos indígenas, mas também a eles.

<sup>5</sup> “Ainda não se tem um estudo estatístico oficial que informe os efeitos numéricos dessa lei para os povos indígenas, mas sua efetivação esbarra em aspectos que envolvem os direitos coletivos indígenas (Baniwa, 2013)” (Gorete Neto, 2018, p. 1341). O autor faz várias críticas à lei em texto cuja leitura sugerimos.

indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Brasil, 2012).

Com relação ao ingresso, a lei estabelece que este pode ocorrer por meio do processo interno das próprias instituições, como o vestibular ou pelos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Como se pode observar, a lei das cotas orienta a distribuição de vagas de instituições federais, mas deixa em aberto o formato do ingresso. E é a essa questão que vamos nos dedicar nesse texto: o que é mais adequado aos povos indígenas? Participar de um processo seletivo único, “universal”? Ou ter um processo específico para si, diferenciado? É possível ter um processo seletivo que dialogue com os saberes dessas populações, envolvendo, por exemplo, as línguas indígenas? E como as demais instituições públicas, além das federais, organizam suas políticas afirmativas?

Parte do percurso metodológico deste texto é similar ao de Bergamaschi e outros (2018). Nosso levantamento bibliográfico foi realizado a partir de trabalhos acadêmicos (essencialmente teses e dissertações) disponíveis na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações<sup>6</sup> (BDTD), pesquisa essa realizada em três etapas.

Na primeira, combinamos as palavras-chave “ações afirmativas”/ “ensino superior” + “Indígenas” + Paraná”, pois buscávamos trabalhos que discutissem as políticas afirmativas voltadas aos indígenas no estado do Paraná.

Já na segunda, combinamos “vestibular indígena”/ “processo seletivo” + “indígena”. Desta vez, buscávamos fazer um levantamento das pesquisas que tratavam dos diversos modelos de acesso ao Ensino superior pelos povos indígenas, ofertados nas universidades públicas brasileiras, incluindo o Paraná, estado em que atuam os três autores do texto.

Por fim, a terceira busca foi feita com a combinação das palavras “vestibular” + “língua(s) indígena(s). Nesse momento, nossa intenção era identificar estudos sobre vestibulares específicos/diferenciados, que contassem com a presença de línguas indígenas, inclusive com oferta de provas nessas línguas.

Após ler os resumos dos trabalhos encontrados, separamos os resultados em três grupos: i) trabalhos que discutem a criação e implementação da política afirmativa voltada aos povos indígenas no Paraná; ii) trabalhos que discutem o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (VPIP) e iii) trabalhos que discutem processos seletivos para indígenas em outros estados brasileiros.

Os textos que pertencem ao primeiro grupo mais relevantes foram: Paulino (2008), Amaral (2010), Angnes (2010) e Novak (2014), pois se dedicaram a descrever e analisar minuciosamente o histórico da criação e implementação da política afirmativa paranaense, razão pela qual puderam contribuir para a construção da seção “Diferentes formas de acesso ao ensino superior pelos povos indígenas no Brasil e o caso do Paraná: Lei Estadual n.º 13.134, de 18/04/2001”.

<sup>6</sup> Consultado em: <http://bdt.d. ibict.br/vufind/>.

Em relação ao segundo, a pesquisa apontou os trabalhos de Costa (2008), Gonçalves (2012 e 2018) e Vitoriano (2016). No entanto, todos têm em comum o fato de se aterem ao objeto redação, que no VPIP é feita em língua portuguesa. Por essa razão, os textos do primeiro grupo foram suficientes para a construção da seção “A prova de língua indígena no Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná”.

No terceiro grupo, destacamos como relevantes as pesquisas de Lima (2012) e Santos (2016). São trabalhos que discutem vestibulares indígenas<sup>7</sup> e nos possibilitaram conhecer as propostas da UFGD e UFRR, outras duas instituições brasileiras que ofertam prova de língua indígena em seus vestibulares específicos/diferenciados<sup>8</sup>. Estes textos foram importantes por duas razões: ajudaram a definir o escopo de discussão deste texto (a prova de língua indígena do VPIP) e, por contraste, auxiliaram a análise das provas de língua Guarani e Kaingang do VPIP de 2017, 2018 e 2019.

Outra metade do percurso metodológico envolve a área da Linguística Aplicada (Larsen-Freeman e Anderson, 2011) e diz respeito à análise das provas de língua indígena, quanto ao tipo de avaliação exigida, considerando dois aspectos: a) o conteúdo a ser cobrado na prova, exigido no edital de seleção; e b) as políticas linguísticas de valorização das línguas indígenas (RCNEI, 1998, Bomfim, 2012). Estes textos nos ajudaram a construir a seção “Apontamentos sobre as Provas de língua indígena das XVII, XVIII e XIX edições do Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná.

### DIFERENTES FORMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PELOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E O CASO DO PARANÁ: LEI ESTADUAL N.º 13.134, DE 18/04/2001

Como afirmamos, as IES brasileiras têm diferentes processos seletivos direcionados a indígenas. Há universidades federais em que o ingresso dos indígenas se dá via ENEM, ingresso esse chamado de “universal”, pois é único para todos os candidatos, indígenas ou não. Nesses casos, a garantia de vagas aos indígenas se dá via reserva de vagas, tal como orienta a Lei nº 12.711/12.

A Universidade Federal de Santa Catarina seguia, desde 2007, esse formato (ingresso pelo ENEM). No entanto, um relatório elaborado pelo Núcleo de Estudos de Povos Indígenas – NEPI – (Tassinari, Ioris, Almeida e Jesus, 2012), publicado em 2012, avaliou qualitativamente os índices e as razões de reprovação dos estudantes indígenas nos diversos cursos frequentados por eles e concluiu que o ingresso unicamente via ENEM era insuficiente, uma vez que a instituição precisa conhecer melhor seus futuros alunos para recebê-los em melhores condições.

Estes dados [relativos às reprovações dos alunos] indicam a importância de reconsiderar novas modelagens de seleção de ingresso como, por exemplo, *instituição de vestibular específico*, para alcançar maior efetividade na política institucional de inclusão deste segmento no ensino superior (Tassinari e outros, 2012, p. 6, grifos nossos).

<sup>7</sup> Embora não discutam especificamente provas de língua indígena.

<sup>8</sup> A título de ilustração, descreveremos brevemente como, no vestibular indígena da UFGD, se dá a presença das línguas indígenas. Lima (2012) aponta que há duas provas em Língua indígena, ambas obrigatórias para todos os candidatos: redação em Língua Guarani e prova oral em Guarani. O PPC da instituição (UFGD, 2012) explica como se dá o processo seletivo por meio de “vestibular específico e diferenciado: (a) prova de Redação em língua Guarani (considerando suas variações) e em língua Portuguesa (considerando-a como uma segunda língua); (b) prova oral em língua Guarani (considerando suas variações)” (UFGD, 2012, p. 14) Considera ainda, quanto à comissão de seleção, que “O Centro de Seleção da Universidade Federal da Grande Dourados, juntamente com a Comissão de Seleção, é responsável pelo processo avaliativo para o ingresso do inscrito no curso nos seguintes quesitos: definir o edital, elaborar as provas objetivas, as provas de redação e a prova oral em língua Guarani, bem como selecionar e organizar as bancas para a prova oral, corrigir e pontuar as provas de redação e a prova objetiva de cada candidato. A Comissão deverá ser composta por profissionais com conhecimento sobre Educação Escolar Indígena, sendo garantida a presença de, pelo menos, um representante do Movimentos dos Professores Guarani e Kaiowá de MS” (UFGD, 2012, p. 14). Como neste texto nos propomos a analisar a presença da língua indígena em processos seletivos, não foi possível saber como a UFGD encaminha esse processo, já que a instituição só mantém disponíveis as provas do vestibular de 2019, em que tanto a proposta de redação quanto a da prova oral a serem respondidas em língua guarani têm enunciados em língua portuguesa, de modo que não permitem refletir se vão ao encontro do RCNEI (1998).

Já Santos (2016) indica a UFRR como instituição que oferece vestibular diferenciado, com prova objetiva e de língua indígena, que é uma prova de redação. “No ato da inscrição, o candidato que desejar concorrer às vagas para o Curso de Licenciatura Intercultural poderá optar por realizar a Prova de Redação em uma das seguintes línguas: Português, Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ye’kuana, Ingaricó, Wai-wai e Yanomami (UFRR, 2019a, p. 3). 6.4.4 Os candidatos que concorrerão ao Curso de Licenciatura Intercultural deverão indicar na ficha de inscrição a língua em que desejam realizar a Prova de Redação, dentre as línguas maternas previstas neste Edital e, não havendo opção declarada, deverá ser realizada em Língua Portuguesa. 6.4.5 Caso o candidato ao Curso de Licenciatura Intercultural elabore a Redação em língua diferente da escolhida na ficha de inscrição, ela não será corrigida. 6.4.6 À CPV reserva-se a prerrogativa de exigir a realização da Prova de Redação na Língua Portuguesa, quando não conseguir tradutor para a língua indígena solicitada”. (UFRR, 2019a, p. 11). Também não pudemos avaliar o formato da prova pelo fato de o enunciado estar em língua portuguesa.

Por esse motivo, em 2015 a instituição alterou a Resolução Normativa do Conselho Universitário e definiu que os ingressos dos candidatos indígenas e quilombolas entre 2016 e 2022 seria feito por meio de processo seletivo específico para vagas suplementares (UFSC, 2016).

Assim como a UFSC, outras universidades optaram por realizar processos específicos/diferenciados, como a UFSCar (Cohn, 2016), Unicamp (2017) e da UnB (Renault, 2018). Todas têm processos seletivos complexos e interessantes, frequentemente avaliados pelas próprias instituições que os promovem, mas têm em comum o fato de realizarem todas provas em língua portuguesa, razão pela qual não foram objeto de análise neste texto.

Já a política afirmativa de acesso ao ensino superior pelos povos indígenas na paraná, como política inédita no país, foi objeto de vários trabalhos acadêmicos importantes (dissertações, teses e livros, dentre outros), os quais destacamos acima. Além dos já citados, citamos também a obra organizada por Amaral, Fraga e Rodrigues (2016) e o capítulo de Amaral e Silveira (2016), que são integralmente dedicados à experiência paranaense de ofertar um vestibular específico/diferenciado para os povos indígenas.

Essa política afirmativa “tornou-se uma política pública a partir de 2001, com a promulgação da Lei Estadual n.º 13.134, de 18 de abril de 2001 [...] a primeira lei estadual para ações afirmativas étnico-raciais em universidades públicas” (Novak, 2014, p. 202).

Nos termos da lei, se define que cada uma das universidades públicas estaduais paranaenses deve ofertar três vagas suplementares para as quais podem concorrer apenas candidatos indígenas:

Art. 1º. Em todos os processos de seleção para ingresso como aluno em curso superior ou nos chamados vestibulares, cada universidade instituída ou criada pelo Estado do Paraná deverá reservar 3 (três) vagas para serem disputadas exclusivamente entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses. (Paraná, 2001).

Cinco anos depois da promulgação da Lei Estadual, o parágrafo primeiro foi alterado, por meio da Lei Estadual n.º 14.955 de 09 de janeiro de 2006. A alteração diz respeito ao aumento de número de vagas suplementares, que passou de três para seis:

Art. 1º. Ficam asseguradas 06 (seis) vagas, como cota social indígena, em todos os processos seletivos para o ingresso como aluno nas Universidades Públicas Estaduais de Ensino Superior, do Estado do Paraná, para serem disputadas, exclusivamente, entre os índios integrantes da Sociedade Indígena Paranaense. (Paraná, 2006).

No histórico sobre a implantação da política feito Amaral e outros<sup>9</sup> (2016), os autores esclarecem que se trata do “desdobramento de negociações políticas realizadas entre poucas lideranças indígenas, um gestor da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Paraná e um deputado estadual cuja base político-partidária se localizava na região de Guarapuava” (Amaral e outros, 2016, p. 39-40).

<sup>9</sup> Que ratificam Paulino (2008) e Amaral (2010).

As IES que receberiam os estudantes indígenas também não participaram do processo de criação da Lei, já que à época estavam em greve, o que não permitiu a realização de um debate sobre o assunto com as instituições (Paulino, 2008, Amaral, 2010, Novak, 2014). Os autores ainda afirmam que a falta de debate teve consequências mais graves, como a falta de preparo para a chegada dos estudantes indígenas.

Com a criação da lei, foram constituídas quatro comissões provisórias, para que fosse possível realizar os primeiros VPIP. Somente a partir de 2004, a comissão temporária passa a ter caráter definitivo e é nomeada “Comissão Universidade para os Índios” (CUIA). A CUIA Estadual é composta por representantes (3 docentes) de cada uma das IES públicas do estado - Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os docentes são indicados por seus respectivos reitores e nomeados pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

A Resolução Conjunta da SETI, universidades estaduais e Universidade Federal do Paraná n.º 006/2007 (Paraná, 2007) estabelece as funções da CUIA, que passou também a ter compromissos com a permanência dos estudantes nas universidades e não apenas com o processo seletivo.

Quanto ao formato do VPIP,

[...]é um processo unificado com critérios classificatórios, com vagas excedentes às demais vagas existentes nas uni-

Quadro 1 – Formato de ingresso indígena nas IES paranaenses

Instituição pesquisada	Início	Referência legal para a implementação	Formato do programa	Processo seletivo	Provas
Universidades Estaduais do Paraná e UFPR	2002	Lei Estadual n.º 13.134/2001. Substituída pela Lei n.º 14.995/2006	Reserva de três vagas em cada instituição estadual de ensino superior, ampliada para seis no ano de 2006	Vestibular específico	1) Língua Portuguesa Oral; 2) Língua Portuguesa – Redação; 3) Conhecimentos Gerais: Língua Portuguesa – Interpretação (a partir de 2006); Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol) ou língua Indígena (Guarani ou Kaingang, a partir de 2006), Biologia, Matemática, Física, Química, História e Geografia

Fonte: Elaborado pelos autores com base no modelo e em dados parciais de Bergamaschi e outros (2018, p. 42).



versidades. O processo de seleção é realizado anualmente, com alternância entre as universidades. Assim, cada instituição fica responsável por uma edição do processo de seleção, realizado na forma de revezamento entre as universidades estaduais e a Universidade Federal do Paraná, que se incluiu no processo em 2005 (Novak, 2014, p. 212).

Como a CUIA é responsável tanto pela organização do VPIP, como pelo acompanhamento dos aprovados que se tornam estudantes indígenas, a comissão está sempre atenta às “necessidades de mudar alguns dos procedimentos, visando ao aprimoramento do processo e ao atendimento das especificidades dos candidatos e da logística das próprias Instituições (Novak, 2014, p. 213).

Há que se destacar que o VPIP é um processo inteiramente gratuito para o candidato (inscrição, deslocamento, alojamento e refeições nos dias de prova), o que possibilita que mais pessoas interessadas possam realizá-lo.

As provas do VPIP são indicadas no Quadro 1.

### A PROVA DE LÍNGUA INDÍGENA NO VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

Até 2005 os candidatos ao VPIP realizavam as seguintes provas: 1) Língua Portuguesa Oral; 2) Língua Portuguesa – Redação; 3) Conhecimentos Gerais: Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Biologia, Matemática, Física, Química, História e Geografia (Paulino, 2008, Amaral, 2010, Novak, 2014).

A partir da sexta edição, o candidato passou a poder optar por realizar, em vez da prova de língua estrangeira moderna (inglês ou espanhol), prova de língua indígena, Kaingang ou Guarani.

Que objetivos os responsáveis pelo VPIP tinham ao propor a inserção da prova? E qual é o formato da prova? O que a inserção dessas provas significa para os candidatos e posteriormente estudantes indígenas? Nas próximas seções vamos debater os dois lados da questão.

Iniciaremos com um rápido histórico sobre o processo de inserção da prova de língua indígena a partir de Rodrigues e Wawzyniak (2011). Primeiramente os autores observam que isso se deu após longa discussão na CUIA. Na sequência,

em agosto de 2004, a discussão em torno da inclusão da língua indígena como opção de prova, intensificouse e um conjunto de argumentos foi apresentado pelos participantes no sentido de marcar uma “opção política” visando valorizar as línguas nativas (Rodrigues e outros, 2011, p. 16).

Dentre os muito argumentos apresentados pelos membros da CUIA a favor da inserção da prova de língua indígena no VPIP, os autores destacaram os seguintes:

Valorização da língua indígena; valorização do ensino da língua indígena nas escolas das T.Is.; contribuição para a manutenção das línguas indígenas; possibilidade de com-

pensar o baixo desempenho nas provas de português dos falantes nativos de língua indígena (Rodrigues e outros, 2011, p. 16).

Como observam os próprios autores, a avaliação que fazem sobre a inserção da prova de língua indígena deve levar em consideração os seguintes aspectos: a) o curto tempo de política de acesso ao ensino superior pelos povos indígenas no Paraná; b) o envolvimento dos autores com o processo de implantação dessa política; e c) a ausência ou escassez de pesquisas sobre a política.

A nosso ver, o segundo aspecto, colocado como desvantagem, acaba suprimindo o terceiro, pois foi sua trajetória consistente como pesquisadores da temática que os levou a se envolver com a política e os mantém trabalhando em defesa de sua implementação, trabalho que realizam em conjunto com as comunidades indígenas. Por essa razão, acreditamos que os argumentos que levantaram são bastante pertinentes.

Da nossa parte, como pesquisadores da área da linguagem, para além do que apontaram Rodrigues e outros (2011), consideramos que a prova de língua indígena também se justifica por outras duas razões: é uma opção para os candidatos que não tiveram um ensino de língua estrangeira de qualidade em sua trajetória escolar e é um importante instrumento a ser utilizado pela CUIA para avaliar a condição linguística dos candidatos e futuros alunos, para que se possam pensar estratégias adequadas à permanência dos candidatos bilíngues<sup>10</sup> ou que têm a língua indígena como primeira língua. Já na percepção das comunidades, professores de língua indígena observaram que os alunos têm mais interesse em aprender a ler e a escrever a língua, pois sabem que podem fazer essa prova no processo seletivo para ingressar num curso superior.

Retornando ao histórico, uma vez que os membros da CUIA à época decidiram pela inclusão das provas, o grupo passou a debater como ela seria organizada. E foi então que dois importantes encaminhamentos foram dados: a) se ofertariam provas de Guarani e Kaingang, pois a maioria dos candidatos pertence a essas etnias (que são majoritárias na região sul) e porque essas são as línguas de maior vitalidade no estado; b) o trabalho seria desenvolvido em conjunto com as comunidades indígenas, pois nenhum membro da CUIA, no momento, tinha condições de elaborar as provas. Desse modo “optou-se por convidar membros das próprias comunidades indígenas que soubessem ler e escrever Kaingang e Guarani”, equipe que inicialmente era composta por “três professores bilíngues, um Kaingang e dois Guarani, e um acadêmico Kaingang fluente na fala, leitura e escrita” (Rodrigues e outros, 2011, p. 16).

Para Amaral (2010), a prova de língua indígena tem um caráter relevante, pois garante

perspectiva intercultural [...] O destaque dos processos de oralidade e da escrita das línguas indígenas na política de ingresso na universidade pode provocar o reconhecimento institucional linguístico como afirmação dos pertencimentos dos candidatos e estudantes indígenas na universidade,

<sup>10</sup> Não queremos aqui insinuar, levemente, que os candidatos bilíngues ou que têm a língua indígena como primeira língua têm um pior desempenho no VPIIP e na universidade. A esse respeito, Rodrigues e outros (2011) fazem um debate muito pertinente, inclusive, cuja leitura recomendamos. Nossas observações vão no sentido de que é preciso construir um vestibular e uma universidade verdadeiramente interculturais, razão pela qual é preciso acolher todos os alunos em suas especificidades, inclusive as linguísticas, até porque isso enriquece a própria universidade.

caso haja algum tipo de articulação com as políticas de permanência acadêmica. (Amaral, 2010, p. 232).

Faustino, Novak e Cipriano (2013) apontam que, nos anos seguintes, percebeu-se a necessidade de modificar, a cada ano, a equipe convidada a participar da elaboração das provas de língua indígena para que se pudesse dar conta da variação das línguas Guarani e Kaingang<sup>11</sup>.

Ainda sobre o trabalho em parceria com as comunidades indígenas, ressaltamos o quanto ele foi positivo. A CUIA a princípio sugeriu que o formato das provas de língua indígena seguisse o das provas de língua estrangeira, com “texto na língua e questões em português”. A esse respeito, os membros convidados argumentaram que

esse procedimento não “funcionaria”, pois a lógica dessa língua é outra e não seria possível usar um texto na língua com questões e alternativas em português, porque muitas palavras não têm tradução ou termos similares. Argumento aceito pelos membros da CUIA. Diante disso, optou-se por elaborar essas provas inteiramente nas línguas indígenas<sup>12</sup> (Rodrigues e outros, 2011, p. 16, grifos dos autores).

Ou seja, a prova de língua indígena possibilitaria que o VPIP não só tivesse uma *prova em língua indígena*, mas efetivamente uma *prova indígena*, já que elaborada pela comunidade indígena.

Observando-se a prova de língua indígena pelo prisma das políticas linguísticas, podemos considerar que essa é uma política linguística que vai na contramão das políticas definidas e implantadas pelo Estado brasileiro, que basicamente favorecem o monolinguismo em língua portuguesa. No que diz respeito a comunidades de línguas minoritárias, como já observamos em Fraga e Correa (2013), o governo alternou “momentos de indiferença e de imposição severa de medidas prescritivas e proscritivas” (Cavalcanti, 1999, p. 4).

As línguas indígenas começaram a ser dizimadas no início do processo de colonização pelos portugueses e foram sistematicamente proibidas no século XVIII, na chamada Reforma Pombalina, em que Marquês de Pombal, através do *Diretório dos Índios* (1758), estabeleceu que a única língua que podia ser falada era o português. Já na política de nacionalização da educação implementada a partir de 1938, pelo Estado Novo, de Getúlio Vargas, novamente as línguas indígenas estiveram na mira, além do alemão e do italiano.

Para Altenhofen (2004), houve avanços teóricos – especialmente em termos de cooficialização de línguas indígenas brasileiras – em relação ao trabalho no âmbito da política linguística em defesa da educação bilíngue e dos direitos linguísticos das comunidades indígenas avançou teoricamente, porém ainda há muito que se fazer na prática, além de ser necessário que essa perspectiva se amplie, especialmente no estado do Paraná, uma vez que “continuamos hoje com políticas linguísticas refratárias à ideia de pluralidade e diversidade” (Oliveira, 2005).

Apesar de a Constituição de 1988 ter reconhecido que os povos indígenas têm direito a se manifestar cultural e linguisticamente e de haver, segundo o Censo escolar de 2018 (Brasil, 2018), 255.888 alunos

<sup>11</sup> A preocupação com a variedade de língua que seria cobrada na prova esteve presente desde o início. Rodrigues e outros (2011) manifestam uma especial preocupação com a prova de Guarani, considerando que as variedades Mbyá, Kaiowá e Nandeva. Chamamos atenção para o fato de que há variação dentro da mesma língua também no Kaingang, que, conforme Wiesemann (2002), possui cinco dialetos.

<sup>12</sup> A respeito desse encaminhamento (de a prova ser inteiramente escrita em Guarani ou Kaingang), faremos observações na próxima seção.

indígenas estudando em mais de 3.345 escolas municipais e estaduais bilíngues em todo o país.

Segundo Nobre (2012),

desde que não [seja] monolíngue e faça uso de duas línguas – a indígena e a portuguesa – [toda escola indígena] é bilíngue e possui alunos com diferentes níveis de proficiência em língua indígena e em língua portuguesa. O problema é se o ensino bilíngue das escolas indígenas tem contribuído ou não para o fortalecimento e manutenção das línguas indígenas, pois conforme Soares (2005) toda educação bilíngue, do ponto de vista indígena, pede não só preservar língua indígena, mas também ampliar as suas possibilidades de uso, evitar o seu deslocamento e, conseqüentemente, a redução de seu uso. (Nobre, 2012, p. 108)

Por isso é preciso avaliar em que sentido, com que objetivos e de que forma se propõe, em termos práticos, uma prova de língua indígena em um vestibular específico/diferenciado.

Se considerarmos a realidade linguística dos povos indígenas paranaenses, escolas (e por que não universidades?) bilíngues são muito necessárias. Fraga, Tasso e Kastelic (2016), em estudo realizado a partir de dados do Censo de 2010, mostram que no estado é muito pertinente uma prova de língua indígena no VPIP, considerando que 63% das T.I. têm um alto número de falantes autodeclarados (em média, maior de 96%) e, de outro, nos 37% resultantes das T.I., o índice médio de falantes de língua(s) indígena(s) é de 42%.

Enfatizamos, porém, que defender um espaço para as línguas indígenas no vestibular não significa desconsiderar a realidade dos candidatos que já não falam mais suas línguas de origem. Ela cabe como uma opção, jamais como imposição, para atender àqueles que quiserem realizá-la.

Nenhuma comunidade indígena deixou de falar língua indígena porque quis. Nesse sentido, cabe dizer que essas comunidades podem pensar em uma forma de revitalizar a língua, através da escola, que é um espaço muito importante para promover o diálogo junto às lideranças e a comunidade. Juntos, todos podem pensar a respeito, porque em comunidades em que a língua indígena não é mais corrente é o professor que leva a língua indígena aos alunos, na modalidade oral e a escrita. Nessas comunidades, a escola tem uma grande responsabilidade, pois cabe a ela conscientizar as pessoas e transmitir a importância da língua indígena (RCNEI, 1998).

Amaral e outros (2016) reforçam que, no VPIP, há respeito às línguas Kaingang e Guarani, uma vez que elas são contempladas no processo de avaliação dos candidatos.

E, nesse sentido,

O destaque dado à avaliação dos processos de oralidade e da escrita das línguas indígenas na política de ingresso na universidade pode provocar o reconhecimento institucional linguístico como afirmação dos pertencimentos dos candidatos e estudantes indígenas na universidade, caso haja algum tipo de articulação com as políticas de permanência

acadêmica ou mesmo com o ensino médio realizado nas escolas estaduais indígenas ou não indígenas que atendam esses potenciais candidatos. Amaral e outros (2016, p. 55-56).

Por essa razão, Amaral (2010) insiste na importância de se “refletir e avaliar os impactos políticos, pedagógicos e culturais que a assunção das línguas indígenas e da oralidade no vestibular específico apresentam às comunidades indígenas” (Amaral, 2010, p. 232), de modo que se promova o tão desejado diálogo entre as universidades e a Educação Básica.

### APONTAMENTOS SOBRE AS PROVAS DE LÍNGUA INDÍGENA DAS XVII, XVIII E XIX EDIÇÕES DO VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

Antes de nos debruçarmos sobre a prova de língua indígena propriamente, é preciso considerar que as línguas indígenas não se fazem presentes apenas nesse lugar, mas também em outros ao longo do processo do VPIP.

Nos documentos relativos às três edições investigadas, mais especificamente no Manual do Candidato, há textos em língua indígena.

Texto 1: Carta dos estudantes indígenas aos/às candidatas(as), traduzida para o Kaingang e Guarani

**Vēnhrán tī ag tý Karta han já vē / kynīnato ag mý**

Inh kanhkā kar ha vé!

Ēg mý tóg sértī. Tý ěg tóg Unīversinane Estannual Marīga ki vēnhrá rán tī ag nāti, kāmū hā han nī XVII Vestimurar vē nos Povos inijenenas no Paranā.

Ki ěg tóg kanhró nāti, jagy to tigtī ěg tý venhrán rán, tī kar ta gag mý kenjé ěg jamā ta, jóg. Ēgný kar ěg regre ag réky. Kamū jég, fóg ag jamā kākī vēnhrán rán jé, kejēn ěg tóg fóg ag. Vēnhrá ū ki ěg kagtīg nātiġ tī, kejēn. Hara mūný ěg kurso to vēsān sān jé prýg tý 500. Tag ti kākī fóg ag tóg ěg to ví tī. Hara mūný vēnh mré to vāsān jé. Ēg tý eg kanhkā kar ēnē ag mý nēn há ma mūje. Ký mūný ěg kurso hā ký to vēsān sān jé.

Ājag tý ěg kanhkā kar tag ag kri ěg tóg fig ke mū, ā tý nēn ū ha han jé. Há ký ěg tóg ājag kara jé ke mū, ěg tý vēnhmre nēn ū ki vēn kanhrán ran jé.

Mūný ěg kófa kar ēnē ag tý ěg mý nēn tūgto já ēnē ag tý ěg mý nēn tūgto já ēnē kri ū ki kanhrán rán jé, ěg kar ký kurso fin rán ký ěg kanhkā ag mré rānhrāj jé.

Hēri ke kā ěg tý nēn han tī ēnē tovānh týġjé, mūný vēnhmré nēn ū jagy nī ký han ky fin rām jé. Mūný ěg nireito tág nón rānhrāj ky nēn há han jé ěg kanhkā kara ag mý.

Ky kāmūg mū há han nī, ājag kar!

Txeiru kwery!

Nhande pamē djadjepowi a kó'ary.

Pedju porā pedjapo XVII Vestibular kó nimbo e'atx Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Djaikwaa difiġdidade penderekó! Djaedja nhandereko a, nhande ra'y, nhande radjy nhandimbo'e tētārupi agwā.

Koapy nhande djaikó nhandimbo'e agwā, djaraa mba'e kwaa porā nhande rekoapy.

Koapy tētā ruoi djura ndoipotaire nhande gwi. Ma arīwyma djatxauka rīwa pe nhande indígenas djareko mba'e kwaa.

Nhandimbo'e porā, nhamoī nhande mba'e kwaa nhanderekoa py, nhande nhandimbo'e aty.

Koapy tētārupi nhande estudantes mborowitxa rewe, djarekó djigoro'a djurua kwery nhande pe direito rewe.

Pedju porā nhandereke'yi kwery!

Fonte: Manual do XVII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (UEM, 2017, p. 4-5).

## Texto 2 - Saudação da presidência do VPIP traduzida para o Guarani e Kaingang.

**Onhembo'erã kuery Universidade py**

XVIII Vestibular Nhande kuery pegua o ju'rá Paraná py. Kova'e Vestibular ma Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) rá ojapo amboae Universidade kuery reve: Paraná py ma or UEL, UEM, UENP, UNIOESTE, UNICENTRO, UNESPAR ha'e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Nhande kuery pe ma or'rá 6 vagas, graduação jajapo aguã Universidade reta Paraná py gua. Ha'e UFPR py ma or rá 10 vagas.

Ha'eramo ma kova'e XVIII Vestibular Nhande kuery pegua ma jajapo rá dia 21 ha'e 22 de outubro de 2018. Kova'e ma Comissão Universidade para Índios (CUIA) ha'e Universidade reve rojapo va'erã.

Kova'e CUIA ma Nhande kuery oipytyvõ'rá onhembo'exe va'e pe or. Formação jareko aguã. Omombarete aguã Kaingang reko, Guarani ha'e amboae kurey reko avi.

Kova'e manual ma ogueru jalkuaa aguã mba'xa pa jajapo rá inscrição Vestibular py. Omombe'u aguã mbovy curso pa Universidade ome'e rá nhadevy pe, calendário ha'e raka'e jajapo rá provas. Mba'emo rei ndapeikuaai rá ma endereço ha'e telefone Universidade ha'ejavi ma or' rá site vestibular py.

CUIA ha'e UEPG ma aipoe'i peju porã pende kuery ha'e javi candidato kuery pe. Ha'e pejapo porã ke Vestibular.

Mbo'ea: Cleunice Casturina de Souza

CUIA ha'e UEPG roarõ pavẽ  
Ha'eve tema, peiko porã ke.

Versão Guarani: Alexandre Kuaray de Quadros  
(Estudante da Universidade Estadual de Ponta Grossa)  
Tekoa Tapixi (Aldeia Lebre), Rio das Cobras.

---

Prezada(o) candidata(o)

Universidade Estadual de Ponta Grossa ki (UEPG) mré universidades públicas estaduais ù ag – UEL, UEM, UENP, UNIOESTE, UNICENTRO mré UNESPAR – kar kÿ, Universidade Federal do Paraná ki (UFPR), ag vÿ jagnẽ mré tag han mû, Kanhgág ag mÿ, ag tÿ curso de graduação kuprẽg jé, Vestibular tag ki. Seis (6) vagas ti ní nĩ he mû universidades estaduais tag ag kã ki. Dez (10) vagas ti ní gé, UFPR tá.

Ta ki ãg tóg XVIII Vestibular tag han mân mû Kanhgág tÿ Paraná ki ke ag mÿ, kurã tag ag ki, 21 mré 22 de outubro kã prÿg tÿ 2018 tag ki. Tag to jÿkrén mû vÿ tÿ Comissão Universidade para os Índios nĩ (CUIA), Universidade Estadual de Ponta Grossa mré Coordenadoria de Processos Seletivo (CPS) kí gé, órgaos ù ag mré, kar kÿ instituição tag ki rãnrãj tÿ ù ag mré kí gé.

CUIA vÿ ã tÿ Vestibular to jÿkrén mré, Kanhgág ag tÿ nén ù ki kanhrãn ke to jÿkrén tÿ gé. Kar kÿ ag tÿ nén to jÿkrén mû ù vÿ tÿ: Kanhgág ag tÿ vènh ven ven én nĩ, kar ag e nÿtÿ èn ven nĩ gé, ag kanhró to, ag cultura to kí gé, ãg direito to ag tóg ãg mré jÿkrén ke mû; ãg tÿ jagnẽ mré ví tÿ ag tóg mog henh ke mû universidade ag mré, kar kÿ Kanhgág paranaenses, sociedades brasileiras ag mré kí gé. Política estadual tag resultado vÿ tÿ Kanhgág ag tÿ nén ù ki kanhrãnrãn nĩ, ensino superior kã ki. Kÿ ag tóg ag Kanhró tag tÿ Kanhgág ag jagfy ví tÿ.

Manual tag vÿ informações kar ven mû, ã tÿ inscrição han jé Vestibular mÿ, ã tÿ curso han sór mû mÿ, ã tÿ universidade kuprẽg mû mÿ. Kurã kar, prova ag programas, kar informações ù ag kí gé. ã tÿ nén ù ki kagltÿg nĩn kÿ, endereços kar universidades telefones ki jẽmẽ mĩ, kar kÿ Vestibular site mré tóg ki rán kÿ ní gé.

CUIA mré UEPG ag vÿ ã mÿ kãtÿg há han ní he mû, kar kÿ ùn kãmũnh ke kar ag mÿ. ã mÿ tóg to jÿkrén há han ní he mû, kÿ ã Vestibular ti fin rãm mû he mû.

Versão Kaingang: Renato Pereira  
(Terra Indígena Mococa)

Fonte: Manual do XVIII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (UEPG, 2018, p. 5-6).

## Texto 3 - Palavra do reitor da UFPR traduzida para o Guarani e Kaingang.

## Palavra do Reitor – Versão Guarani

Xere tarã kuery penhembo'eva'erã kuery

Mokoi meme ma'etỹ nire maema omoi ma mbya kuery ikuai va'e nhande estado py aie amboae estado nhavõre. Kova'e tetã re pavẽ ronhombõ'e va'e roguerovy'a tenonderã. Kova'e ojeapo va'e kue ma ojea nive aguã nda'evel. Jypyĩ guive nhembo'eapy ojopy mbya kuery reko nireae mbya kuery onhembo'e va'e ikuai, roeja avi orereko ha'e kuery reve oje'apa ha'e kuery arandurupi ha'ekuery py yvyjaete. Ha'eramoae ma pavẽ nhembo'ea of porã mbove ma opena porã pavereire.

Nhembo'ea Paraná pygua aema kova'e ma'ety re oi kuaa pota mba'ixa pa oo oiny are oikuaa. Pota jeporavo roipe'ava'e ojeoporavo va'ekue 2005 py.

Kova'e ma'etỹre, rovy'a, rogue rovy'a mboapy po ma'etỹ política pavẽ mba'e olva'e peteĩ ma'etỹ nhavõ re oeja 10 vagas mbya kueue onhembo'e aguã, 130 curso of onhembo'e aguã regua pavẽ mba'epy va'e of nhamombaraeteve aguã, a'ejavi nhembo'ea of arupi, ore rovy'a ojeapo ko va'e rá hapo are 107 ma'ety ma.

Pave jaikuaema, nhande kuaiaxy nhembo'ea rupi, ha'erãmiteĩ nhanemokanguy'ã. Jurua kuery arandu, hetava'ekuery reko ha'evearupi oo ve aguã nhembo'ea Paraná py of va'e ojeapo va'ekue ogueraa pukuve aguã omombe'va pyre gui onha'ã raxa vy oguerovy ha'eva'erã.

Ha'eva'e re anho oje'apy iporã veva'eare. Nhembo'e are a'e gui nhombo'e porã aguã ma ndoatai, a'e gui a'eve avi amoi mbaraeteve aguã ma haxyve mbytegui teĩ ndoatai ,ndopai aguã amboae ae ma'etỹ ovãe ovypeve.

Apy roeja roguerovy'a pende kuery ha'ejavive. Penho moirũ penhembo'eva'ekuery jou pive pive nhande estado re jajauka pemombara'ete ojeoporavo va'ekue. UFPR, a'e gui UEL, UEM, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO, UNESPAR a'e UENP roarõ roguapy pevaẽ ramoguarã.

**Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca**  
Reitor da Universidade Federal do Paraná

Versão Guarani: Neiva Gabriel Fernandes  
Olivia Kreyx Pálacio  
Isaque da Silva

## Palavra do Reitor – Versão Kaingang

Ag mỹ kara fag mỹ to kãmén ke;

Prỹg e tóg tĩg ja nigĩtĩ Universidade tỹ Paraná kãki ag mỹ tovãnh ja nigĩtĩ curso e to ag tóg jagnẽ mrẽ to vãsãnsãn mũ ãg jãmã ki kara ãmã tá ke ag. Pãĩ mág ag tóg to jykrãn mũ, kanhrãn tĩ ag, ag mỹ tóg há tĩ ag tỹ há ve sór kỹ. Uri ãg tóg ag kã jatun ke tũ nĩ. Ag tỹ universidades ag ki gen kỹ tóg sir ag ki ãvãnh ke mũ, kỹ tóg sir ag tỹ to jykrãn han ke mũ ag jykre ki kanhrãn kara nãn ki kanhrõ ãn to jykrãn kỹ. kỹ sir pãĩ mág ag tóg fagrĩnh mỹ, hãra ag tóg uri ki kanhrãn mũ kara ki ag gem mũ sir.

Kỹ Universidade Federal do Paraná, tóg sir, prỹg tag kã rãnhrãj tag han ke mũ ag tỹ ag kanhrõ vygvẽn jẽ, prỹg tỹ 2005 kã ag tóg ki ge ja nĩ. Prỹg tag kã tóg 15 han mũ pãĩ ag to jykrãn ja ti, kỹ ag tóg sir ã tỹ 10 tovãnh ja nĩ, ã tỹ 130 tovãnh ja ãn kãmĩ. kỹ tóg sir ãg mỹ há tĩ, ãg tỹ vẽnhrã tag han ti kỹ, prỹg tag kã, kỹ tóg UFPR, ãg mỹ tóg há tĩ, ken jẽ ãg jo pãĩ si ag tỹ prỹg tỹ 107 han mũ.

Ki ãg kanhrõ nỹtĩ, uri tóg jagy tĩ vẽ ã tỹ vẽnhanhrãn tĩ ag mỹ. Hãra ãg tóg fe ka tũ nỹtĩ. Kanhrõ ven ja, jykre há kara to jykrãn ke ãn kanhrãn tĩ ag tóg vãsỹ ag tóg to vãsãnsãn kãn ja tugrĩn ke vẽ hãra tóg tỹ nãn ã há nĩ. ãg mỹ tóg tũ e tũ nigĩtĩ, kỹ isóg ãjag to kãmén ke mũ, prỹg kara ki ãg han ke mũ, ti jagy tĩ mũ ra.

kỹ isóg, ãjag mỹ, inh mỹ tóg há tĩ ãjag tỹ ãg mrẽ to vãsãnsãn ti kỹ, ãjag kara, ãg mỹ tóg há tĩ, vẽnhanhrãn tĩ kỹ. Kỹ UFPR, UEL, UEM, UNIOESTE, UNICENTRO, UNESPAR kara UENP ag ãjag kara ag ji nigãm ke mũ!

**Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca**  
Reitor da Universidade Federal do Paraná

Versão Kaingang: Florêncio ReKayg Fernandes

Fonte: Manual do XIX Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (UFPR, 2019a, p. 4-5).

Em 2017, há a tradução (Texto 1) da carta de acolhimento aos candidatos elaborada pelos estudantes indígenas da UEM (universidade que coordenou o VPIP naquele ano); em 2018 (Texto 2), há a tradução da saudação da presidente do Vestibular e, em 2019 (Texto 3), foi feita a tradução da palavra do Reitor. As traduções foram feitas sempre para as duas línguas, Guaraní e Kaingang.

A tradução da carta dos estudantes tem autoria coletiva e as traduções de 2018 e 2019 foram realizadas por estudantes indígenas das respectivas universidades, devidamente identificados.

Ainda com relação ao conjunto de documentos exigidos no processo de inscrição<sup>13</sup> (UFPR, 2019b), esclarecemos que o candidato precisa preencher um questionário socioeducacional<sup>14</sup>, em que há perguntas relacionadas diretamente às línguas indígenas (perguntas de 8 a 17). Essas questionam o candidato sobre as línguas que sabe, suas habilidades (leitura e escrita) e o conhecimento que seus pais têm sobre língua indígena. Por outro lado, há questões indiretamente relacionadas à língua (1 a 4 e 18 a 21). Essas estão ligadas ao percurso de vida do candidato, à vivência em terra indígena e ao pertencimento étnico. Dizemos que neste caso a relação é indireta, pois a violência do processo de colonização, como já dissemos na seção anterior, fez com que muitos povos fossem obrigados a parar de falar suas línguas, o que não afeta a condição de indígena do candidato, que se estabelece também a partir de outras bases e mesmo na língua portuguesa, apesar de esta sido imposta.

Por essa razão, é preciso reconhecer que a língua portuguesa é uma ferramenta muito importante para os povos indígenas, pois através dela se tem a compreensão do mundo que está fora da terra indígena. Saber essa língua permite que o indígena se defenda, seja porque ele

**Quadro 2 – Trecho do questionário socioeducacional do Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná**

1) Seu pai é indígena de qual etnia?
2) Sua mãe é indígena de qual etnia?
3) Nasceu em Terra Indígena?
4) Há quanto tempo mora ou morou em Terra Indígena?
8) Como você fala a Língua Indígena?
9) Se você fala uma Língua Indígena, em qual situação você usa essa língua?
10) Você lê em alguma Língua Indígena?
11) O que você costuma ler nesta Língua Indígena?
12) Em que situação você lê em Língua Indígena?
13) Como é sua leitura em Língua Indígena?
14) Qual Língua Indígena você aprendeu escrever?
15) O que você mais costuma escrever na sua Língua Indígena?
16) Seu pai fala alguma Língua Indígena?
17) Sua mãe fala alguma Língua Indígena?
18) Onde você cursou do 1º ao 5º ano ou 1ª a 4ª série?
19) Onde você cursou do 6º ao 9º ano ou 5ª a 8ª série?
20) Onde você cursou o Ensino Médio?
21) O Ensino Médio que você cursou foi

Fonte: Questionário socioeducacional do XIX Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná (UFPR, 2019a, p. 1-3)

<sup>13</sup> Os documentos exigidos são os seguintes: "I - Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada; II - Fotocópia do Documento Oficial de Identificação com foto (frente e verso); III - Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF); IV - Autodeclaração assinada pelo candidato e Carta de Recomendação assinada pelo cacique da comunidade à qual pertence o candidato, em que conste a sua etnia indígena; V - Questionário Socioeducacional devidamente preenchido" (UFPR, 2019, p. 3).

<sup>14</sup> A versão mais recente, de 2019, trazia 34 perguntas. Quanto à finalidade das informações levantadas, no questionário há o seguinte esclarecimento: "As informações deste questionário destinam-se apenas a pesquisas desenvolvidas pelas universidades envolvidas e não interferirão, de maneira alguma, no resultado do processo seletivo. O preenchimento deste questionário deverá ser feito com seriedade e responsabilidade, tendo em vista que os dados nele contidos contribuirão na avaliação das políticas afirmativas" (UFPR, 2019, p. 1).



vai poder criar documentos em favor da comunidade, ou em alertar as aldeias sobre os acontecimentos nos dias atuais para indígenas que não sabem falar o português ou para quem não a entende e outros assuntos que envolvem a resistência dos povos indígenas.

Quanto ao VPIP, compreendemos a necessidade de os candidatos realizarem provas em português, pois ao ingressar no curso, terão que mostrar que são capazes de conviver em dois mundos, ter os mesmos conhecimentos dos não-indígenas, enfrentando as dificuldades, inclusive as linguísticas, que o meio acadêmico impõe. Mas se os vestibulares ou processos seletivos, até mesmo os de pós-graduação (que tenham vagas destinadas a indígenas), ofertassem prova em língua indígena, certamente seria um incentivo aos candidatos que não tiveram a oportunidade de estudar inglês ou espanhol, além de ser uma estímulo às comunidades que ainda falam línguas a concorrer às vagas disponíveis.

Encontramos um único registro de pesquisa que utilizou, mesmo que parcialmente, as respostas às questões sobre língua indígena dos questionários socioeducacionais do VPIP: a tese de Novak (2014). Na perspectiva da autora, o dado sobre a primeira língua aprendida é relevante e influencia as trajetórias de formação dos candidatos aprovados na universidade. A tabela a seguir, elaborada pela autora, permite vislumbrar a situação dos candidatos que realizaram o VPIP até 2011, em relação à primeira língua aprendida.

Quadro 3 - Primeira língua que aprendeu na infância

Língua	Ano						
	2004	2005	2006	2007	2009	2010	2011
Kaingang	22	49	38	42	66	98	121
Guarani	2	7	9	4	12	27	10
Português	31	48	58	51	108	112	131
Xokleng	-	-	-	10	17	-	-
Outras	-	8	-	3	5	3	2
Indígena e Português juntas**	-	-	52	54	43	37	47
Não respondeu	-	-	5	-	-	3	-
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>112</b>	<b>162</b>	<b>164</b>	<b>251</b>	<b>280</b>	<b>311</b>

Fonte: Novak (2014, p. 234).

Ainda segundo Novak (2014), como esta se volta a investigar a trajetória dos indígenas formados pela Universidade Estadual de Maringá, aponta que há uma relação entre falar língua indígena e ter dificuldades em âmbito acadêmico. No entanto, ela mesma reconhece a complexidade da questão e sugere que sejam realizadas,

em nível estadual, [...] investigações sobre essa questão na área de linguística, para se ampliarem as possibilidades de compreensão e melhoria das políticas de formação superior indígena. [o bilinguismo é] um campo importante de análise para a compreensão das políticas para o Ensino Superior, uma vez que [ele] e a interculturalidade são

elementos centrais nos documentos das políticas de educação escolar Indígena (Novak, 2014, p. 234).

Concordamos com o posicionamento da autora em defesa da necessidade de mais estudos, especialmente porque eles poderiam amparar políticas de permanência estudantil no ensino superior mais adequadas em relação à condição linguística dos estudantes.

Agora abordando especificamente a prova de língua indígena, em primeiro lugar é preciso considerar que, segundo o manual do candidato, o conteúdo a ser cobrado na prova é "interpretação de Textos"<sup>15</sup> (UFPR, 2019a, p. 28).

Como observaremos a seguir, as provas têm diferenças, tanto entre si (Guarani em comparação ao Kaingang) e também de um ano para

Figura 1 – prova de língua Guarani do XVII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

<p><b>As questões de 06 a 10 referem-se ao texto a seguir.</b></p> <p><b>Avati/Avaxi</b></p> <p>Oiko'vaekwe nhande pyykwera apytepe petei mitarusu jeroviaha, ikara'ypaiteva ha ojahyhuetemivai tavape. Onhemboki petei mitäkunhai porãterei vare. Resaite ojahyhure oikohikwai onhondive kuköingweicha. Pe kunhatai hi'ava sa'yju pitãngy apesýasy ha mitäkunha'ive pyraka'e hi'ava morotiete voi. Upévare oje'echupe "Avati(Avaxi)", peichantevoi ojekwaa opa rupi, ogwerekorõ jepe hera tee. Arateimi, katwetei ohojepi ogwata okahare onhondive. Ha petei jey, iporãtereive javé hina pe mitäkunha tembirekorã, oho hikwai heta kwimba'e ha kunha apytepe oha'ãvo kwimba'e kwera mávapa oiporukwaave kyta'akwera.</p> <p>Upe árape ohechaikwaa va'erã maymáva yvyrapã ha hu'y jeporu. Nhande pyykwera apytepe ojeapova vointe ã mba'e ikatu hağwãicha onhembokatupyry kwimba'e kwerape, imitã'igwive, kyta'a kwera jeporupe.</p> <p>Oimbahãgwi hikwai vy'a ha torýpe umi kunhagwera onhondivepa, petei hu'y kanhyngwe, ndojekwaa mba'eichapa ha mamõgwipa, ou ojekutu Avatipe pyti'aitere voi. Ho'a upépe ovayvãvo ha ou pekaria'y imenarã, tuicha remondýi revehe, hasýpe ohekýi chugwui pe hu'y. Oipohãnomo'ã ha ohechaikwaa hikwai reitamaha. Sapy'aiterõ gwarã omanõma katu hembiahyhu ijyva Ari. Hetaiteri maymáva ombyasy pe mitã kunha porãite kyrýi gwasu omano reitévape. Oiko nhembo'e purahéi onhenhotý hağwa Avati retekwe. Imenarãgwemo'ã ndohejasevéi pe ityvymi, hasé upépe ara pukukwe aja pytũ meve ha upéi ko'è sakã sakã rupi ou jey maomoirũ ichupe.</p> <p>Ombyasyeterei je ha mytué'yre voi o jahé'o upepe hi'ari. Omohe'õmba hesaýpe yvy jerérei. Heta ára rire, henhói sapy'a pe tyvy ári ha okakwaa pya'e voi petei ka'avo po'i hogwe puku puku ha hovýi asýva. Umi hogwe oséva ojo'ari pe akã peteire ndaje ojogwaeterei umi sái Avati oimpurumi va'ekwepe. Ha'e ndaje tapiaite omondéva sái jo'a, há upévare pe karia'y ohyahu ha ohecharamõ pe ka'avo rakã.</p> <p>Okakwaa pya'e voi ha vokoite hi'ama katu. Oheja okakwaa ve ha ohecharamõ hi'a apýrare inimbo vera áva jogwahaite, oipo'o petei. Oipire'õ ha ojuhu ko mba'e neporãmbajepeva; yva kyrýi asy ojejahõ'iva áva sa'yju pytãngýpe, Avati ogwerekohagweichaite. Ha'e omanorõje opukavy miraka'e ohechauka potavo vaicha nhemimi umi hã morotí joja asy.</p> <p>Umiva rebe omomandu'a pe karia'yre yva porãite ha'ýi joja asýva avei ipire gwipe. Onhangareko hese. Hi'apa ha ombopiru ha'ýngwe ha onhotý hetavéma oparupirei, ha ipahápe ojeporuma ha'ýngwe opiachagwa tembiu'rã. Ojogwaeterei.</p> <p>Hembirekorãgwe mo'ãme, ombohera "Avati/Avaxi" (upeí opyta Avatipe) Ko yvaporãite isarambiva nhande kogatýre, henhói rei ha hi'a pya'eva, ha jaipurva ko'ãngaite peve, hi'aju ha hi'aju'yre. Opaichagwa tembi'u heva jajapo hağwa.</p>	<p>Assinale a alternativa <b>correta</b> quanto ao conteúdo central do texto.</p> <p>A) Ha'e omombe'u petei ojejúva kunhatai nhepyrũ, igwãigwi ha pemenarã omano jepe.</p> <p>B) Omombe'u petei ojejúva pe kuimba'e ore kókuri petei mba'e aindýigwi, ka'agwuipe.</p> <p>C) Nhe'è pukupe omombe'u petei tembiasakwe kunhatai omanoma otopata menerã gwive.</p> <p>D) Kwatiape omombe'u petei tembiasakwe ohayhwetereira kunhatai ha kunumi ojoapyepe, upeigwa ypyaina petei avati.</p> <p>E) Omombe'u tembiasakwepe ohayhweterei, henõ ika'agwuipe ha omanono kuri ikuimba'èpe.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 07</b></p> <p>Assinale a alternativa correta quanto ao gênero textual proposto.</p> <p>A) Kwatia arandu ha'e ohemiandupe.</p> <p>B) Kwatia arandu ha'e tekojojape.</p> <p>C) Kwatia arandu mombe'upe ha rembiasakwe.</p> <p>D) Kwatia arandu momarandupe.</p> <p>E) Kwatia arandu kwatia ahai pyrepe.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 08</b></p> <p>Em relação ao texto, analise as frases e assinale a alternativa que aponta a(s) <b>correta(s)</b>.</p> <p>I. Ohayhuve kwera ogwahé petei tembi'u jekwãva avakwera.</p> <p>II. Hi'a ogwerekoina ysaja jogwaha petei kunhataipe.</p> <p>III. Ka'avope ndaiporivéima okanhyetepe.</p> <p>IV. Yvyrarogwe kwera hi'apýhau ha'etepe isái kunhataipe.</p> <p>A) Apenas I.</p> <p>B) Apenas II e III.</p> <p>C) Apenas I e IV.</p> <p>D) Apenas I, II e IV.</p> <p>E) I, II, III e IV.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 09</b></p> <p>No fragmento, "Pe kunhatai hi'ava sa'yju pitãngy apesýi asy ha imitäkunha'ivepe raka'e hi'ava morotietevoi", a palavra imitäkunha'ivepe refere-se a</p> <p>A) kunhatai.</p> <p>B) hi'ava.</p> <p>C) sa'yju.</p> <p>D) apesýi.</p> <p>E) pitãngy.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 10</b></p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a tradução correta da palavra.</p> <p>A) Ipahapy – palha de milho</p> <p>B) Iporãtereive – feio / desengonçado</p> <p>C) Tembirekorã – esposa</p> <p>D) Omanorõje – cansado</p> <p>E) Hasé – rir</p>
---	---

(SANABRIA, Lino Trinidad, ACTUAL, *Lengua Guarani*, Dicionário, Arami Grupo Empresarial: Asunción, Paraguay, 2002, p. 722.)

UEM/CVU – XVII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná  
Caderno de Questões

Fonte: Site da UEM

<sup>15</sup> O conteúdo coincide um pouco com o da prova de língua estrangeira, que é "1. Interpretação de textos. 2. Versões e traduções. 3. Gramática: fonética, morfologia e sintaxe; emprego de palavras; estruturas fundamentais" (UFPR, 2019, p. 31), em função do encaminhamento feito pelo grupo de organizadores, que sugeriu que a prova de língua indígena seguisse o formato da prova de língua estrangeira (Rodrigues e outros, 2011).

outro, já que, como dissemos, a equipe convidada muda a cada edição para atender à questão da variação linguística<sup>16</sup>.

A prova de língua Guarani de 2017 tem o texto mais longo de todos, com 7 parágrafos, alguns dos quais bastante longos (como o 1º e o 3º). É um texto com autoria indicada, extraído de um dicionário de língua Guarani, cuja edição é de 2002. Os enunciados das questões são em língua portuguesa, o que contraria as sugestões da comissão convidada a participar da elaboração das provas de língua indígena (Rodrigues e outros, 2011).

Como se pode perceber pelo enunciado, que está em língua portuguesa, as três primeiras questões são de interpretação, mas a penúltima é uma questão sobre léxico e a última envolve tradução, que são os métodos mais tradicionais de ensino de língua, segundo Larsen-Freeman e outros (2011).

A prova de língua Guarani de 2018 também é uma prova de interpretação. O texto é o mais curto que o de 2017, tem 6 parágrafos, o

<sup>16</sup> Esclarecemos que nos trabalhos pesquisados não há maiores detalhes sobre como se dá o convite para que os elaboradores de prova de língua indígena participem do VPIP. Amaral, em sua tese, informa somente que "Definiu-se pela convocação de professores das distintas etnias para comporem temporariamente a CUIA (apenas durante o período de preparação e realização do vestibular específico) com o objetivo de contribuir na formulação das questões da prova e avaliar o desempenho dos candidatos (Amaral, 2010, p. 214). Já Novak (2014) afirma que "Estas provas são elaboradas por professores indígenas da Educação Básica a cada ano provenientes de uma escola diferente, visando contemplar a variação da escrita e os dialetos dessas línguas, as quais, por terem na oralidade sua forma central de manutenção entre os grupos, ainda precisam de maior sistematização e de mais materiais escritos, como vocabulários, gramáticas e literatura em geral (Novak, 2014, p. 220). Amaral (2010), no entanto, chama a atenção para o fato de que é preciso realizar maiores estudos sobre o impacto que a prova causa especialmente às práticas da educação básica, da educação escolar indígena paranaense. A título de comparação, na UFRR, selecionam-se corretores de prova de língua indígena via edital específico (UFRR, 2019b).

Figura 2 – Prova de língua Guarani do XVIII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

**GUARANI**

TEXTO PARA AS QUESTÕES 36 A 40

**KA'I, JAGUARETE HA AGUARA**

Peteĩ ko'ẽme jaguarete omomarandu Ka'ipe hasykatuha ha toumije hendápe oñandumívo ha'e ha mayma mymba olva upépe jeréne. Sapy'a rei ol ramo ouse'ỹva hendápe, ndaje okuera rire omoi porãta chupekuéra. Oihaguéicha mymba oñembosako'i oho ha'gua oñadumi karai guasúpe. Ambue ko'ẽme hys'i hikuái tape po'ire. Ka'í ha Aguará oñemoi peteĩ ñe'ẽme ohovo asa'jeve Mbegue katu, asajemi vove, ojoapykuéri mkóivéva.

Jaguarete riga gotyó oje'oi. Hetã porã oguata rire ojuhu hikuái vyvuku'i moroti asy ha ka'í osẽ he':

– Japyta sapy'amina ko'ape japytu'u, Aguará. Opytu'u aremi rire Ka'í oñembojere ha hesavo sapy'a Itakua mombyrými ijatukupépe oytávare. Hesa vera guasu Ka'í, Upéramõ Aguará porandú:

– Mba'eiko oi?

– Amóva Jaguaretẽ roga, ema'ẽmi ko'ápe niko ojekuáa ñane irĩnguéra pypore ohokuévo guare añõnte ha oukuévogua ndaipori. Ho'umãnera'e chupekuéra. Jajevy py'a'ẽke, Aguará he'í itirũme há vokóike ojere jey hikuái hekohãre.

Ka'í ha Aguará ndohesáí Jaguarete ráinga rupi, Ka'í há'ẽve rupi.

(Extraído de: Dicionário- Guarani Actual, Ed. Arami, 2002.Py. Autor: Feliciano Acosta, p. 754)

---

**36-** Em relação ao conteúdo do texto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a resposta CORRETA para a pergunta a seguir: Mba'ẽpa omomarandu Jaguarete Ka'ipe? (Qual a mensagem que a onça manda para o macaco?)

A) Hasy'ỹme ha ndoui katu hendápe mayma mymba.  
 B) Ikyhyjetepe ha toumije hendápe mayma mymba.  
 C) Ñarókatuha ha toumije ógape mayma mymba.  
 D) Kane'õpekatuha ha toumije hendápe mayma mymba.  
 E) Hasykatuha ha toumije hendápe mayma mymba.

---

**37-** Em relação ao conteúdo do texto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) CORRETA(S).

I- Jaguarete rasyete oho ka'ayguaspe rehe.  
 II- Ka'í ndohendúí jaguarete oñe'ẽme.  
 III- Ka'í ha Aguará oñemoi peteĩ ñe'ẽme ohóvo asa'jéve.  
 IV- Ambue mymbakuéra oñembosako'i oho ha'guá oñandumi karai guasúpe.

A) Apenas I.  
 B) Apenas II e IV.  
 C) Apenas III e IV.  
 D) Apenas I, III e IV.  
 E) I, II, III, IV.

ESPAÇO RESERVADO PARA ANOTAÇÕES

---

**38-** Considere o texto a seguir: Oihaguéicha mymba oñembosako'i oho ha'guá \_\_\_\_\_ karai guasúpe. Ka'í ha Aguará, heta porã oguata rire, ojuhu vyvuku'i \_\_\_\_\_ asy ha opyta upépe opytu'umi ha'guá. Opytu'u aremi rire Ka'í oñembojere ha hesavo sapy'a \_\_\_\_\_ mombyrými ijatukupepe opytávare.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de palavras que preenchem os espaços do texto apresentado.

A) Hendu – hovy – Itaipu  
 B) Ñandu – moroti – Itakua  
 C) Ñandy – Morro'i – Itakya  
 D) Ñanduti – Mokó'i – Itabora'i  
 E) Ñandu – Sa'yju – Itakua'apy

---

**39-** Assinale a alternativa que traduz corretamente para a Língua Portuguesa, as palavras extraídas do texto.

A) Jeréne – Longe de  
 B) Oñembosako'i – deitar-se  
 C) Py'a'e – rápido  
 D) Tape – campo  
 E) Ka'í – Pássaro.

---

**40-** Em relação aos personagens, Ka'í e Aguará, analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA.

A) Ka'í ha Aguará ndoñemoi peteĩ ñe'ẽme ohovo asa'jéve.  
 B) Aguará ha Ka'í ropyta ropytu'umi tapérepe.  
 C) Aguará ndohói jaguarete ógape.  
 D) Ka'í ha Aguará roho jaguarete ógape asa'jeve.  
 E) Ka'í ndohói jaguarete ógape, ha'ete ikyhyjéi.

ESPAÇO RESERVADO PARA ANOTAÇÕES

Fonte: Site da UEM


primeiro bem longo. Também é um texto com autoria indicada, extraído de um dicionário de língua Guarani, cuja edição é igualmente de 2002. A diferença maior em relação ao anterior é de que este é um texto com diálogos. Os enunciados das questões também estão em português, o que, da mesma forma, contraria as sugestões para que a prova de língua indígena não seguisse o modelo de prova de língua estrangeira (Rodrigues e outros, 2011). Já o tipo de questão é bastante semelhante ao da prova de 2017 (o que se pode perceber pelo enunciado em português): a primeira, segunda e quinta questões são de interpretação, mas a antepenúltima é uma questão sobre léxico e a penúltima, sobre tradução (utilizando novamente os métodos mais comuns, o lexical e o da tradução, segundo Larsen-Freeman e outros, 2011).

Já a prova de 2019 apresenta um texto sem autoria indicada, o que nos leva a pressupor que o autor da prova é o autor do texto. O texto é o mais curto de todos, e traz uma imagem, que provavelmente dialoga com o conteúdo do texto. A maior diferença dessa prova em relação às duas anteriores é que ela é inteiramente em Guarani.

Figura 3 – Prova de língua Guarani do XIX VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

**GUARANI**  
**OPY'I NHADEREKO**

Opy'ima jareko wa'erã nhandereko hape nhamombarete hawã nhandereko.  
Opa mba'e oikova'e ko yvy'apere oiko tevê opy'ire, mamo'gwi nhandeva'e nhande renholma teko angã revê.  
Araka'e nhande renhol opitaiva'e (chamol kuera) nhande mongarai ome'ê nhande rery marangatu, mamo chamol há chary'kuera onhemo'arandu tupã revê.  
Tekoha oreko va'erã opy'i, ikatu hawã upepe nhande'arandu teko'regua, kaagwy'regua, mymba'regua, kogue'reguanhandemba'eteiva'e.  
Nhande opy'i há'e teko ikatu hawã jaiko vei nhande angã. Opy'i omombarete nhandereko, angã kuera ijavy'u'a nhande ndive, upepe nha'hendu nhe'e porã tupã gwi.  
Penhe'e ova'hê angã kaagwy rupi, yvytu rupi, aratiri rupi, yjara rupi, upegwi'ma nhamomba'eguassu vaerã opy'i.



**Penhe'égwi emoi (x) oiporavá**

**36 - Mba'ere nhaikoteve opy'ire, nhandereko apy.**

- Ndajavy'ai javé jaha hawã upepy.
- Juruá kuera py jaxuka hawã.
- c) Nhamombarete hawã nhandereko.
- Mitã kuera ovy'ahawã.
- Mba'everã.

**37 - Mba'erã jaha opy'ipe.**

- Nhambopu hawã mbaraka há takua.
- Chamol há chary'i oho opy'ipe mba'everã.
- Kunhangwé, xondaro há xondaria oho upepy opita hawã petyngua.
- d) Nhande arandu hawã, tekoregua, kaagwy'regua, mymba'regua, há kokué nhandemba'eteiva'e.
- Opy'i ndahaei nhandereko.

**38 - Mba'e oikova'erã ndajarekoirõ opy'i.**

- Javy'a pavé va'erã.
- b) Ndajarekovei mbarate nhandereko'apy há nhande angã'py.
- Jarekove mbarate.
- Chamol há Chary'i oiko porã vè va'erã.
- Nhande reko oiporã va'erã.

**39 - Marã mitãnguê henhoirire ojegeraha opy'ipe?**

- Oreko hawã tekové mbyky.
- Oecha' uka hawã nhaderu tupã pe.
- Jajerojy hawã mitã revê.
- Omokãnguy hawã mitã angã.
- e) Omongarai hawã há ome'ê hawã rery marangatu.

**40 - Mamõ rupi ovahênhe'ê porã nhandevype.**

- kuati'a nhe'ê rupi há Juruá nhe'ê rupi.
- Novã'ei nhe'ê porã nhande kuera'pe.
- c) Angã kaagwy rupi, yvytu rupi, ara tiri rupi há y'jara rupi, tupã chenduka nhe'ê porã.
- Mitã há kunha nhe'ê rupi.
- Nhe'ê porã Juruá kuera rupi.

Fonte: Site da UEM

Já as provas de Kaingang diferem quanto à extensão dos textos e indicação *versus* não indicação da autoria dos textos. A prova de 2017 tem um texto de extensão semelhante ao de 2018, com a diferença da quebra de parágrafos (na de 2018, cada parágrafo tem um período e, na de 2017, há um único parágrafo). Tanto uma estrutura quanto outra podem ser explicadas se pensarmos que muito provavelmente ambos são textos narrativos, o que justificaria tanto o parágrafo único, quanto os parágrafos curtos, com apenas um período cada.

A extensão do texto da prova de língua Kaingang de 2019 é a menor de todas. O texto também não apresenta autoria indicada, o que indica que provavelmente o autor do texto é o autor da prova.

Figura 4 – prova de língua Kaingang do XVII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

<b>LÍNGUA INDÍGENA: KAINGANG</b>	
<p>As questões de 06 a 10 referem-se ao texto a seguir.</p> <p style="text-align: center;"><b>Ti si ag jykre kãme</b></p> <p>Gufã ag vỹ vyr mỹ jẽn nĩgtĩ. Vyr mỹ jykre ke gẽ. Gufã ag jẽn hã vỹ tỹ: mỹg nĩ, sẽ ke gẽ. Ag tỹ sẽ nĩ kon kỹ ag tóg tãnh jũn to ko tí, sa tũ ra. Ag tỹ sa ki kagttĩg nỹĩn tỹ. Ag jẽn kỹ ag tóg jagnẽ mrẽ ko kãn tí, kukrũ pir ki. Ũ tỹ jagnẽ mrẽ nỹĩ ag. Ag pijẽ vyr mỹ ko tí'ũn fõr mũ vỹ tóg sir tĩtĩ sir, èkrẽnh tí jẽ. Ũ tỹ ag mỹ sẽ nỹĩg ja tó tỹ, vỹ nĩgtĩ tí gẽ. Há vỹ kujã he mũ. Ag tỹèkrẽnh tĩg ke jo tog sẽ ki jẽmẽg tí. Kỹ tóg tí mỹ tí mũ vãhã, èkrẽnh jẽ. Tĩ tỹ tag ki, he ja ẽn ra tí mũ sir. Tá tóg sẽ tí vẽg mũ sir. Kỹ tóg tãnh mũ sir, sẽ ve kỹ tóg pẽnũg mũ. Ag tỹ sẽ tỹ hẽn ri ke tãnh kỹ ag tóg ga kũm tí, grãgrãg tí jẽ. Ag tỹ kũv kãki ag tóg pí mág han tí. Tãnh ry tỹ ag tóg pí han tí, rynhranh kỹ. Tĩ grug kỹ ag tóg kãki pó vãvãm tí. Pó ẽn kri ag tóg tãnh fẽj nẽg tí, sẽ nĩ kavẽj tũ nĩ jẽ. Kãki sẽ nĩ vin kar ky ag tóg kri tãnh fẽj ù nẽ mãn mũ gẽ. Kar kỹ ag kri tỹ rũm ke tí sir, ga tỹ. Ag tỹ kũnũg mũ ra tóg grã nĩ sir. Jãnhkri tóg nĩ. Kejẽn tóg grã tũ nĩgtĩ. Kỹ ag tóg sir, ù vỹ tóg kãnhmar ter ke mũ, he tí. Ũ tỹgrãgrãg mũ ẽn ag kã'ũ. Kỹ ag tóg ke mũ sir, prỹg tí pẽnẽn mãn tũ tóg nĩgtĩ sir, ù tỹ grãgrãg mũ ẽn ag kã'ũ tí. Há vẽ sir tí si ag jykre tí.</p> <p>SILVEIRA, D.M. F. (Org.). <i>Kanhgãgĩkãme</i>. Guarapuava/PR, 1993. p. 41.</p>	<p>Ëg tenhto vỹ kanhgãg si ag jykre to kamẽn kỹ nẽ, há to sóg nẽn ù rãn rãn mũ kỹ ki ku krõg nĩ.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 06</b></p> <p>Ag tỹ sẽ tỹ hẽn ri ke tãnh kỹ ag tóg ga kũm tí, ag tỹ he ri ken jẽ?</p> <p>A) Tĩ nĩ tỹ ag tóg ẽmĩ to ko mũ. B) Sẽ nĩ kũsin tí jẽ. C) Grãgrãg tí jẽ. D) Sẽ nĩ nẽnh ag tóg. E) Grãgrãg kỹ ag tóg ẽmĩ, mẽnhu to ko tí.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 07</b></p> <p>Ag tỹ sẽ nẽ kũnũg mũ ra tóg grã nĩgtĩsir, tí grã tũ nĩ kỹ ag tóg he ri ke tí sir?</p> <p>A) Kanhgãg si ag mỹ tóg sër tí ag tỹ sẽ nĩ ko tí kỹ. B) Gufã ag tóg sẽ, kanẽnh mũ tí pãnõnh ù rá. C) Kanhgãg ag mỹ tóg sër tĩgtĩ. D) Ũ vỹ tóg kãnhmar ter ke mũ, ù tỹ grãgrãg mũ ẽn ag kã'ũ. E) Sẽ nĩ tỹ ag goj ka ki vin vin tí vẽ jo.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 08</b></p> <p>Gufã ag jẽn hã vỹ tỹ; nẽ nĩ?</p> <p>A) Se, pirã, tãnh kanẽ, aronh. kog ag tóg tí. B) Mỹg, sẽ, tanh jũn ko ag tóg tí. C) Sẽsĩ, mĩg, kakanẽ, monh nĩ. ko ag tóg tí. D) Ag sẽ nĩ vỹ ki as mág nĩ. E) Ag sĩ vỹ ki rãgrõ mrẽ aronh nỹgtĩ.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 09</b></p> <p>Kanhgãg si ag vỹ, ag ẽ krẽnh ù ki sẽ nãtĩg jẽmẽg tí? Tĩg jẽ?</p> <p>A) Ũ tỹ ag mỹ sẽ nỹĩgtĩ ja tó tỹ vỹ nĩgtĩ gẽ. tí há vỹ tỹ kujã he mũ. B) Ga nor kãra ag ge tí. C) Pĩ mág han ag tí, ag tỹ nĩja han jẽ. D) Sẽ nĩ ko ag tóg tí, as tỹ kri vin kỹ. E) Sẽ jo ag ẽgĩgĩn tí.</p> <p style="text-align: center;"><b>Questão 10</b></p> <p>Kanhgãg si ag vỹ, ag sẽ nĩ tỹ he ri ke, ag ko jẽ.</p> <p>A) Ag mỹ kukrũ ki han tí nĩ tí. B) Ag mỹ kujã ãn tá han sẽ nĩ tí. C) Ag mỹ tãnh pẽn krẽm han sẽ nĩ tí. D) Ag mỹ mỹg mrẽ sẽ nĩ han kỹ ko tí. E) Gar nór ki pẽ han kỹ ag kãki se nĩ han tí.</p>

Com relação às orientações dos membros convidados da comissão do VPIP, as provas de Kaingang das três últimas edições do VPIP atendem ao sugerido pelo grupo e são unicamente em Kaingang.

Por outro lado, é preciso considerar também a perspectiva dos candidatos. Para os povos indígenas, a língua indígena é muito importante, pois ela é tanto uma forma de luta e resistência dos antepassados, quanto um resultado dessas lutas. É uma forma de se manter vivos para as gerações futuras.

As histórias que foram contadas pelos antepassados, mesmo que não registradas por escrito – por ser uma cultura tradicionalmente oral –, estarão sempre em suas memórias. Aliás, é necessário que elas sejam registradas, pois todos vivemos agora no mundo da escrita, em uma cultura letrada em que é preciso transmitir nossos pensamentos oralmente e por escrito.

Na avaliação da autora do texto que participou do vestibular indígena, poder realizar a prova de língua indígena é ao mesmo tempo uma responsabilidade imensa e um grande prazer, pois foi uma chance de

Figura 5 – Prova de língua Kaingang do XVIII VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

KAINGANG	
TEXTO PARA AS QUESTÕES 36 A 40	
KYFE HAN	
KĀGINH TŶ Ā ĪN TĀ JUN KĪ, TI MŶNH FI TÓG GĀR GRĀNH KĀN MŪ FI KREM KI.	
Ā KRE FÓR KŶ FI TÓG SIR Ā MŪJOR RA MĀN KŶ TĪ MŪ.	
Ā MŪJOR TĀ TYNYN KAR KŶ, FI TÓG Ā PĒNERĀ KI KĀGRĒG MŪ.	
KŶ FI TÓG KĀN KŶ SIR Ā KRUKRŪ KUPĒG MŪ FI TŶ NĒNH JĒ Ā GĀR TYNYN JĀ TI.	
KUTY E RĀ KŶ FI TÓG KĀGINH VE FAG MŶ, ĪNH MRĒ KYFE HAN JĀ ĀJAG KE MŪ URI HE MŪ.	
TI NEJ KAR KŶ KĀGINH VE FAG TÓG ĀJAG JĒNKY KUPGE GOJ.	
TŶ, FAG TŶ KYFE HAN JĒ.	
KŶ KRUKRŪ VŶ FÓR SA PĪ KRI.	
KŶ FAG TÓG RYGRŌN KŶ KĀJĒGĪ KŶ KUKRŪ JĀGTĀ TĀ VIN MŪ.	
ĀJAG TŶ KUKRŪ FÓR ĒN TŶ TU E KŶ, FAG MŶNH FI TÓG KA TŶ VÓG KŶ KUJĀG KĀN MŪ.	
KŶ KUKRŪ FÓR ĒN KRI FAG TAM MŪ, Ū TŶ ĪN KRĒM NŶTĪ KAR AG TŶ KŶ KUSĀ KI KYFE KĀJĀ KRON JĒ.	
KŶ KĀGINH TÓG KRON MÁG MŪ, TI MŶ TÓG HĀ TĒ, TI TŶ Ā JĒN PĒ KI KANHRĀN KŶ.	
KUSĀG KI KĀGINH MŶNH FI TÓG TI MŶ, URI SÓG KYFE HAN MŪ, Ā PI JĒ ĪNH MŶ GĀR PĒ TUNH TŶ MŪ.	
ĒG TŶ GĀR KRĀN JĀ ĒN TĀ.	
KŶ TÓG Ā JÓG ĒPŶ RA TĪ MŪ, TĀ TÓG Ā KĒJ KĀ KI KŶGFĀN KŶ VĀM MŪ.	
Ā KĒJ FÓR KŶ TÓG SIR Ā ĪN RA VŶN KE MŪ.	
<small>FERNANDES, Florencio Reiaug. In: <i>Let. escrever e ser Kaingang no Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos. Programa Paraná Alfabetizado. Curitiba: SEEDPR, 2010. p.43.</i></small>	
36- NE VŶ TŶ KYFE NI	
A) MŶ FÓG AG TŶ KROW JĀ FĀ * MYG.	
B) KANHGĀG AG JĒN MŶ.	
C) KANHGĀG AG KANIR MYG.	
D) KANHGĀG AG JOGO MŶG.	
E) KANHGĀG AG TŶ KRONKRON JĀ FĀ.	
<input type="checkbox"/>	
ESPAÇO RESERVADO PARA ANOTAÇÕES	
37- KĀGINH VE FAG VŶ NE TŶ KYFE HAN KANHGĀG SI AG TŶ KRONKRON JĀFĀ TI.	
A) FĀG MŶ MANJÓKA TYNYN, MŪJOR KI.	
B) TI VE FAG VŶ GĀR GSĀNH KŶ TYNYN, KAR FAG. KĀGRĒG MU, GĀR NEJK KAR KŶ FAG KĀJĒGĪ KŶ. KUKRY FON MŶ, TŶ VAJA KŶ KUSĀ KI KRONKRON JĒ.	
C) TI VE FAG MŶ PYRYFĒ TYNYN MUJOR KI.	
D) TI VE FAG MŶ ŌNSĀ KAR KŶ SÓGSÓ NEJ TO NĀTL.	
E) KUJĀ MŶ TI VĒNHKAGTA HAN MŶ VÓG TI TŶ KRON JĒ	
<input type="checkbox"/>	
38- KĀGINH MŶNH FI VŶ, TI MŶ ĒPŶ RA TIG HE MŪ NE MĀN JĒ?	
A) GOJ MAN JĒ TIG HE M Ū , VĒJĒN HANJĒ.	
B) PINH JĒ TIG HE MŪ ĒG TŶ PI HANJĒ.	
C) GĀR PĒ TUNH TI HE MŪ ĒG TŶ KYFE HAN JĒ.	
D) ĒG KANHKĀ AG ĒN RA TIG HE MU.	
E) EPY RA GAR PE, RĀGRŌ KRĀM JĒ TIG HE MŪ.	
<input type="checkbox"/>	
39- ĒG TENHTO TĀG VŶ NE TO VĒMĒM, KANHGĀG SI AG KYFE TO.	
A) KANHGĀG AG KYFE MŶ AG MŶ VĒNH KAGA NĒM TI.	
B) KANHGĀG FAG MŶ KRONKRON TI KURĀ KAR KI.	
C) KANHGĀG KĀSIR AG KRONKRON TIG ĒĒ ĒMI TO.	
D) KYFE TI TŶ AG KURĀ Ū TĀ KRONKRON TI, KUSĀ KI, VĒNHKAR AG. MRĒ TI KĀJĀ NŶ KŶ.	
E) KANHGĀG AG VĒNH KI RĪ TO.	
<input type="checkbox"/>	
40- ĒG VENHRĀ TAKĀ KI NE RĀN RĀN KŶ NI *KŶ FI TÓG KĀN KŶ SIR Ā KRUKRŪ KUPĒG MŪ FI TŶ NĒNH JĒ Ā GĀR TYNYN JĀ TI*	
A) FAG MŶ PINH JĒ MŪ.	
B) AG HA MŶ KRUKRŪ KUPGE MŪ.	
C) FI MŶ KUKRŪ KUPĒG KAR GĀR NĒNH.	
D) FI MŶ TI NĒ KUSIN NĒ.	
E) KĀGINH VŶ ĒPŶ RA TIG GĀR PĒ TU JĒ.	
<input type="checkbox"/>	
ESPAÇO RESERVADO PARA ANOTAÇÕES	

Fonte: Site da UEM

ter contato com histórias contadas oralmente que, infelizmente, na maioria das vezes não são publicadas.

Sua avaliação vai ao encontro de que disseram alguns participantes da pesquisa de Paulino (2008), a respeito do VPIP em termos gerais e em relação aos conteúdos específicos.

Não sei se foi feita (a prova) só por brancos ou se teve ajuda de indígenas, deve ter tido, eu achei que foi uma coisa muito bem feita, porque soube incluir muito bem a cultura, porque teve questões que cobraram conteúdos sobre a língua indígena, teve questões que exigiram muito conhecimento indígena... Se fosse um vestibular comum, acho que eu ficava em último lugar porque, com a preparação que eu tinha, acho que foi mais fácil do que um vestibular normal. (Entrevista 3) (Paulino, 2008, p. 56).

Ainda na apreciação da autora, ter a opção de realizar uma prova de língua indígena pode suscitar que os candidatos discutam questões relevantes para o ensino de língua indígena, como as diferenças de ortografia entre os diferentes dialetos e mesmo a questão da formação de professores de língua indígena, uma área que ainda carece de políticas que garantam a oferta de formação específica e de qualidade<sup>17</sup>.

Figura 6 – Prova de língua Kaingang do XIX VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ

**KAINGANG**

**PREKÛSENHTO TO VĚJYKRE**

Ūn ri tóg prekÛsenhto tigtí, ký tóg kanhgág ag kámí ke tigtí gé, pjé fóg ag há kámí ke tí. Ēg tý ge han ký tóg, Ēg tý, Ēg tý nén ū to vējykre ki kagtíg ra to Ēg tý, to Ēg jykre tó to ke ní. Jávo Ēg tý to ki kanhró nin ký Ēg tóg sir han tú nigtí, ge tí nigtí, tag to vējykré tí. Fóg ag kámí tí ge tigtí gé, há ri tí ke ný. kején ag tóg, ājag tý Ēg to vējykre ki kagtíg nýtín ký, Ēg to nén tónh ke tú tó tí sir. "Rānhrāj vānh ag nýtí" he ag tóg tí sir kar ký nén ū e ke gé.

Há ký Ēg tóg sir, Ēg tý ūn to, ke tú ní ký nén ū to, to vējykrén ki kanhró ninh ke mŭ, peskisan jé Ēg tóg ke mŭ, Ēg tý kar ký tó tí jé. Ký tóg ge ný, prekÛsenhto to vējykré tí.

**36 - Texto vĚ ne to tó sŏr mŭ?**

- Ēg tý nén ū to vējykre ki kagtíg ra to Ēg jykre tó sŏr tí mŭ.
- b) PrekÛsenhto to vējykre tó sŏr tí mŭ.
- Kanhgág ag jykre tó sŏr tí mŭ.
- Fóg ag to vējykre tó sŏr tí mŭ.
- Nén e to tí tó sŏr mŭ.

**37 - Tí rá tag tugným ní: "Jávo Ēg tý to ki kanhró nin ký Ēg tóg sir han tú nigtí". Ne han tú Ēg nigtí?**

- a) PrekÛsenhto.
- PrekÛsenhto to vējykre.
- PrekÛsenhto han ke.
- Fóg ag tý prekÛsenhto han.
- Kanhgág ag tý prekÛsenhto han.

**38 - "Fóg ag kámí tí ge tigtí gé, há ri tí ke ný". Ne ný tý jagné há ný?**

- Fóg ag tý prekÛsenhto han.
- Fóg mré kanhgág ag tý prekÛsenhto han.
- Kanhgág távl ag tý prekÛsenhto han.
- d) PrekÛsenhto to vējykre, fóg ag kar ký kanhgág ag kámí.
- PrekÛsenhto to vējykre, fóg ag kámí.

**39 - "Rānhrāj vānh ag nýtí, he ag tóg tí". Tí rá tag kí "ag" tag vĚ hĚ ag tó mŭ?**

- Fóg mré kanhgág ag.
- Ū tý prekÛsenhto to vējykre ki kagtíg ag tó tí mŭ.
- c) Fóg ag tó tí mŭ.
- Kanhgág ag tó tí mŭ.
- Ū ag tó tí mŭ.

**40 - Texto káki tóg "peskisan jé Ēg tóg ke mŭ" he ký ní. HĚ ag há vĚ peskisa tag tí han ke mŭ?**

- Fóg ag há vĚ peskisan ke mŭ.
- Kanhgág ag há vĚ peskisan ke mŭ.
- Fóg ag mré kanhgág ag há vĚ peskisan ke mŭ.
- e) Ēg kar vĚ peskisan ke mŭ.
- Ū tý, vēnh ný prekÛsenhto han já há ní Ēn há vĚ peskisan ke mŭ.

<sup>17</sup> Amaral e Fraga (2016) apontam que, em 2016, havia 875 profissionais de educação trabalhando em 37 escolas indígenas estaduais. Desse total, apenas 353 são indígenas (o que corresponde a 40%) e 522, não indígenas (correspondendo 60%). "Estes distribuem-se nas funções de pedagogos, professores bilíngues, professores de educação infantil, ensino fundamental e de ensino médio e agentes administrativos I e II. Os denominados professores bilíngues são, em regra, educadores indígenas formados pelos cursos de magistério indígena organizados pela SEED no período de 2006 a 2012" (Amaral e outros, 2016, p. 177). Ou seja, essa formação nunca foi ofertada pelo estado do Paraná em nível superior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DEFESA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO VPIP E PARA ALÉM DO ACESSO

*Se minha língua desestabiliza os pilares do teu  
Estado, significa que construístes o teu Estado  
sobre a minha terra.  
Musa Anter (1920-1992), escritor curdo nascido  
na Turquia*

Para Faustino, Novak e Cipriano (2013, p. 11),

As provas de língua indígena são consideradas como importante elemento no reconhecimento institucional da interculturalidade, podendo também suscitar maiores reflexões acerca de possibilidades de políticas de permanência e abertura das universidades para os conhecimentos tradicionais dos povos e línguas indígenas.

Nossa breve análise considera que a presença das línguas indígenas no VPIP para os Povos Indígenas no Paraná é um movimento da universidade, um exercício de diálogo intercultural, que se dá no acesso. Em que sentido isso poderia ser positivo para os candidatos?

Bergamaschi e outros (2018) reconhecem que há obstáculos à permanência do estudante indígena na universidade, inclusive de natureza linguística. Mas também há estudos que apontam a existência de

avanços institucionais significativos nas políticas de permanência, tais como a criação de programa de monitoria indígena, a ampliação da oferta de bolsas permanência e a criação de grupos de trabalho indígena (Carvalho, 2010; Pereira, 2011). [...] É considerada de suma importância a existência de comissões e grupos de trabalho nas universidades que realizem em específico a gestão do programa de ingresso e permanência indígena. (Bergamaschi e outros, 2018, p. 45).

Ou seja, para que o estudante indígena permaneça na universidade ele precisa efetivamente fazer parte dela, de preferência desde o processo seletivo. A proposição de uma prova de língua indígena reconhece o direito à língua de todos, avança para além da imposição de uma língua estrangeira ou da exigência da língua portuguesa (RC-NEI, 1998). É um exercício de interculturalidade e um diálogo com as comunidades indígenas, que participam efetivamente dessa etapa de construção do processo seletivo, ao elaborar as provas.

Além disso, a presença das línguas em todo o processo seletivo, desde a inscrição, é capaz de promover reflexão sobre as motivações que levam ao uso e ao estudo das línguas indígenas no presente, como iniciativa de construção de política linguística autônoma, de autoria Guarani e Kaingang (Bomfim, 2012), já que não pode ser feita sem a participação dessas comunidades.

Em termos de formato, como discutimos, as provas são diferentes de um ano para outro, já que se faz rodízio entre os elaboradores (mem-



bro convidados do VPIP), de modo a se garantir que os candidatos não sejam prejudicados quanto à variedade que é exigida no processo. Mas há uma outra questão: percebe-se diferenças significativas entre as provas de Guarani em relação às de Kaingang, especialmente em relação à seleção dos textos que devem ser interpretados.

Os textos que compõem as provas de língua Guarani de 2017 e 2018 são textos oriundos de dicionários produzidos no Paraguai, país em que a língua é oficial e fortemente escolarizada desde, pelo menos, a década de 40 (Rodríguez Zuccolillo, 2000). Já o texto de 2019 é autoral. A fonte dos textos das duas primeiras provas analisadas merece um debate em torno de pelo menos duas questões: a) até que ponto a variedade paraguaia do Guarani “serve” aos candidatos que optam por fazer esta prova no VPIP, já que, dentre outros fatores, se caracteriza por sofrer influência do espanhol, que é a outra língua oficial do país; e b) até que ponto a escolarização do Guarani no Paraguai não distancia essa variedade da variedade que conhecem os candidatos que farão essa prova no VPIP? Em relação à prova de língua Kaingang, somente o texto de 2017 tem fonte identificada, mas trata-se de um texto em parágrafo único, provavelmente uma narrativa oriunda da oralidade. Os demais textos não têm referência “institucional” identificada, o que nos leva a crer que é autoral.

Desse modo, tal como alerta Amaral (2010), é urgente que o VPIP como um todo, incluindo suas provas, seja fruto de avaliação constante, a ser feita em conjunto com as comunidades indígenas, para que se possa ter uma noção “dos impactos políticos, pedagógicos e culturais” que ele exerce às comunidades indígenas (Amaral, 2010, p. 232).

Para Coelho e Fraga (2020), o apagamento, a destruição e a negligência com as línguas nativas, tornando-as invisíveis, foi e é um dos diferentes caminhos impostos pela destruição da colonização que formou o Estado Brasil e que ainda está em prática hoje em dia, pois ainda hoje as mais de 250 línguas nativas indígenas são invisíveis nas escolas de educação básica e nas universidades, o que contribui para que o índio e sua língua nativa seja artigo de um passado primitivo.

Os povos indígenas não são apenas passado, linguisticamente falando. São presente e futuro, como mostra o IBGE, no censo de 2010:

O Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que 274 línguas indígenas são faladas no país por 37,4% dos índios com mais de cinco anos de idade. Do total, seis mil deles falam mais de duas línguas. A fluência em pelo menos uma delas foi verificada em 57,3% dos índios que vivem em terras indígenas reconhecidas. Fora delas, o índice cai para 12,7%. O português não é falado por cerca de 130 mil pessoas, ou 17,5% do total.

Que as línguas indígenas se façam presentes nas universidades paranaenses para além do VPIP e das provas de Guarani e Kaingang. Nos currículos, em projetos de pesquisa, extensão e ensino, do qual efetivamente participem os estudantes indígenas universitários. Se os estudantes indígenas têm direito a estar na universidade, suas línguas também têm. E talvez eles só passem efetivamente a fazer parte dela se suas línguas também fizerem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angnes, J. S. (2010). *O ensino superior para os povos indígenas: ingresso/permanência/desistência/conclusão dos estudantes indígenas da universidade estadual do centro oeste (Unicentro), Paraná*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2010.
- Altenhofen, C. V. (2004). Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, 3, 83-94.
- Amaral, W. R. do. (2010). *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Amaral, W. R., Fraga, L. e Rodrigues, I. C. (Org.) (2016). *Universidade para indígenas: a experiência do Paraná*. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP.
- Amaral, W. R. e Silveira, Déa M. F. A comissão universidade para os índios: desafios e avanços na política de educação indígena. Em Amaral, W. R., Fraga, L. e Rodrigues, I. C. (Org.) (2016). *Universidade para indígenas: a experiência do Paraná*. (pp. 39-77). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP.
- Bergamaschi, M. A., Doebber, M. B. e Brito P. O. (2018). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista brasileira de Estudos pedagógicos*, 99(251), 37-53.
- Bomfim, A. (2012). *Patxohá, língua de guerreiro: processo de retomada da língua pataxó*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos). Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- Brasil. (2012). Presidência da República. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- Brasil. (2018). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Censo escolar indígena: 2018*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
- Cavalcanti, M. C. (1999). Estudos Sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias. *DELTA*, 15(spe), 385-417. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4023.pdf>.
- Coelho, F. e Fraga, L. (2020) *Nota de repúdio às Diretrizes Nacionais para a Educação Bilíngue*. [Web Page Coletivo de Estudos e Ações Indígenas].
- Cohn, C. (2016). Uma década de presença indígena na UFSCar. *Campos*, 17(2), 16-34. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/57360/pdf>.
- Faustino, R. C., Novak, M. S. J. e Cipriano, S. C. (2013). A presença indígena na universidade: Acesso e permanência de estudantes Kaingang e Guarani no ensino superior do Paraná. *Revista Cocar*, 7(3), 69-81.
- Fraga, L. e Correa, D. A. (2013). Política linguística no estado "monolín-

- gue” do Paraná: uma análise inicial da presença indígena na Universidade Estadual de Ponta Grossa. *Guavira Letras*, 9(16), 232-253.
- Fraga, L.; Tasso, I. E. V. S. e Kastelic, E. S. D. (2016). A realidade linguística das comunidades indígenas do Paraná. Em Amaral, W. R. do; Fraga, L. e Rodrigues, I. C. (Org.). *Universidade para Indígenas a Experiência do Paraná*. (pp. 157-170). Rio de Janeiro: FLACSO/LPP-UERJ.
- Gorete Neto, M. (2018). Línguas em conflito em cursos de licenciatura intercultural indígena. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 57(3), 1339-1363.
- Larsen-Freeman, D.; Anderson, M. (2011). *Techniques and Principles in Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press.
- Lima, J. M. (2012). Candidatos à licenciatura indígena: um estudo linguístico das produções escritas. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- Novak, M. S. J. (2014). *Os Organismos Internacionais, a Educação Superior para Indígenas nos anos de 1990 e a Experiência do Paraná: Estudo das Ações da Universidade Estadual de Maringá*. (Tese de Doutorado não publicada). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Oliveira, G. M. de (2005). Política Linguística na e para além da Educação Formal. *Estudos Linguísticos*, 34, 87-94.
- Nobre, D. (2012). “De Que Bilinguismo Falamos na Formação de Professores Indígenas?” Em *II Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa*, Uberlândia. vol. 2.
- Paladino, M. (2013). Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. Em Bergamaschi, M. A., Nabarro, E. y Benites, A. (Orgs.). *Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS* (pp. 129-141). Porto Alegre: UFRGS.
- Paraná. (2007). Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Resolução Conjunta n. 006, de 26/06/2007* (p. 5). Curitiba: DOE, n. 7500.
- Paraná. (2001). *Lei n. 13.134, de 18/04/2001*. Reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais. Curitiba: DOE, n. 5969.
- Paraná. (2006). *Lei n. 14995 de 09/01/2006*. Dá nova redação ao art. 1º, da Lei n. 13.134/2001 (reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais). Curitiba: DOE, n. 7140.
- Paulino, M. M. (2008). *Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Renault, C. R. N. S. (2018). *A educação superior indígena na UnB: perfil, trajetória, expectativas e desafios dos estudantes*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília.
- Rodriguez Zuccolillo, C. M. (2000). Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o Guarani no Paraguai. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Es-

tadual de Campinas, Campinas.

- Rodrigues, I. C e Wawzyniak, J. V. (2011). Inclusão e permanência de estudantes indígenas no ensino superior público no Paraná – reflexões. Em *IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade*. Campo Grande.
- Santos, A. V. dos. (2016). *Políticas Afirmitivas no Ensino Superior: estudo etnográfico de experiências indígenas em Universidade do Mato Grosso do Sul (Terena e Kaiowá-Guarani)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tassinari, A., Ioris, E., Almeida, J. N. de e Jesus, S. C. de. (2012). NEPI - Núcleo de Estudos de Povos Indígenas. *Relatório de avaliação do Programa de Ações Afirmitivas/UFSC: vagas suplementares destinadas a indígenas*. Florianópolis: UFSC.
- Unicamp. Universidade Estadual de Campinas. (2017). *Deliberação CON-SU-A-008/2017, de 30/05/2017*. Campinas: Unicamp.
- UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. (2012). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Indígena*. Faculdade de Educação. Dourados: UFGD.
- UEM. Universidade Estadual de Maringá. (2017). Comissão Central do Vestibular Unificado. *Manual do Candidato ao XVII Vestibular dos Povos Indígenas*. Maringá: CVU.
- UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. (2018). Comissão Permanente de Seleção. *Manual do Candidato ao XVIII Vestibular dos Povos Indígenas*. Ponta Grossa: CPS.
- UFPR. Universidade Federal do Paraná. (2019a). Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional. Núcleo de Concursos. *Manual do Candidato ao XIX Vestibular dos Povos Indígenas*. Curitiba: Núcleo de Concursos da UFPR.
- UFPR. Universidade Federal do Paraná. (2019b). Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional. Núcleo de Concursos. *Edital n° 60/2019-NC*. Curitiba: UFPR.
- UFRR. Universidade Federal de Roraima. (2019a). Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Comissão Permanente de Vestibular – CPV. *Edital N.º 051/2019-CPV, de 01/04/2019*. Boa Vista: UFRR.
- UFRR. Universidade Federal de Roraima. (2019b). Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Comissão Permanente de Vestibular – CPV. *Edital n° 080/2019, de 16 de agosto de 2019*. Boa Vista: UFRR.
- UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. (2016). *Resolução Normativa n° 78/2016/CUn*. Florianópolis: UFSC.
- Wiesemann, U. (2002). *Kaingang-Português – Dicionário Bilíngüe*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança.